UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES

A metáfora no processo de interação simbólica: uma abordagem semiótica e cognitiva da comunicação em redeJorge Antonio de Moraes Abrão

SÃO PAULO
 2018

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES

**Relatório de Qualificação:**Ametáfora no processo de interação online: uma abordagem semiótica e cognitiva
Jorge Antonio de Moraes Abrão

Relatório de Qualificação apresentado à Banca Examinadora como requisito parcial do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação ao andamento do Curso de Mestrado.

Área de concentração: Teoria e Pesquisa em Comunicação

Linha de pesquisa: Epistemologia, Teoria e Metodologia da Comunicação

Orientador: Prof. Dr. Anderson Vinicius Romanini.

SÃO PAULO
 2018

**Sumário**

Capitulo 1. Introdução

Parte 1. Construindo pontes

Capitulo 2. Da teoria geral às metáforas conceituais

2.1. Comunicação e Semiótica

2.1.1. Teoria Geral dos Signos

2.1.2. Classes de signos

2.1.3 Ícones e hipoícones

2.1.4 A metáfora como signo

2.2. A Teoria da Metáfora Conceitual

2.2.1. Revisões da Teoria da Metáfora Conceitual

2.3. Relações entre o signo metafórico e a metáfora conceitual

Capitulo 3. O Interacionismo simbólico no estudo de redes sociais

3.1 De Peirce a Blumer: um percurso

3.2 O Interacionismo Simbólico: conceitos e métodos

3.3 A Interação simbólica on-line

Parte 2. Matéria prima e ferramentas

Capitulo 4. Procedimentos Metodológicos

4.1. Identificando metáforas conceituais

4.2. Grafos

4.3. Representando a transferência de sentidos

Capitulo 5. Apresentação do *Estudo de Caso*

Parte 3. Um destino

Capitulo 6. Análise e interpretação

Capitulo 7. Considerações Finais

Referências bibliográficas

Anexos

**Capitulo 1. Introdução**

A discussão em torno da construção e circulação de significados e sentidos na sociedade não é nova, porém com o advento e a propagação de novas tecnologias de comunicação, sobretudo as redes sociais online e os dispositivos móveis, novas possibilidades surgem, fazendo com que esse processo ganhe novos contornos, se ampliando e ganhando ainda mais complexidade. Este trabalho parte da necessidade de se pensar o processo de constituição de sentidos produzidos nas conversações em rede a partir da discussão de acontecimentos na esfera pública. Para tentar compreender esse fenômeno, nos apoiaremos em perspectivas vindas de diferentes campos do conhecimento, pois entendemos que é tal a variedade e a multiplicidade de fatores no objeto, que seu estudo deve buscar uma base interdisciplinar. Nossa hipótese é que as metáforas atuam nos processos de significação e interação no ambiente virtual, assim nos apoiaremos em um tripé teórico constituído pela Semiótica peirceana, pela Teoria da Metáfora Conceitual e pelo Interacionismo Simbólico. E o objeto de interesse aqui proposto é composto pelas ressignificações dos acontecimentos operadas por agentes públicos, em publicações no Facebook, os comentários e respostas colocados pelos atores sociais que interagem com as páginas. Desse modo, a fim de delimitar a pesquisa, elegemos a pergunta “como o uso de metáforas contribui para a interação simbólica redes sociais online?”.

Este trabalho parte da crença de que é possível aproximarmos os conceitos de metáfora presentes na teoria semiótica de origem peirceana e na Teoria da Metáfora Conceitual (TMC), pois acreditamos que em ambas teorias, a metáfora tem uma função e modo de agir similares. Assumimos, para isso, o pressuposto semiótico de que a metáfora, como signo, funciona como um mecanismo responsável pelo crescimento semiótico devido a projeção de predicados entre signos, além da premissa cognitivista que afirma que a metáfora age de modo a nos fazer compreender algo nos termos de outro, gerando, assim, um novo conceito.

Consideramos a teoria semiótica proposta por C. S. Peirce como central para o entendimento desta questão posto que - embora tenha sido pensada como uma meta-ciência voltada ao estudo do raciocínio de métodos científicos - com a multiplicação exponencial dos signos, que se intensificou a partir do surgimento e popularização das mídias digitais (SANTAELLA, 2014), ganha ainda mais relevância, pois, para o pensador americano, o signo comunicativo é definido como meio por onde a informação passa e se desenvolve (ROMANINI, 2016). Assim, vemos a teoria peirceana dos signos também como uma teoria da comunicação e como esta possui uma natureza transdisciplinar. Para tentar compreender melhor os processos de significação, nos concentraremos na noção peirceana de metáfora, isto é, como um mecanismo responsável pelo crescimento semiótico devido à transferência de predicados entre símbolos.

Com essa noção, podemos aproximar a teoria semiótica à Teoria da Metáfora Conceitual (TMC), pois nessa proposta temos que “essência da metáfora é compreender e experimentar um tipo de coisa em termos de outra” (LAKOFF e JOHNSON, 2002 [1980]), sendo parte indispensável do pensamento e comportamento humano, influenciando como percebemos e compreendemos o mundo e as coisas.

Desse modo, acreditando no papel fundamental das metáforas na construção de significados, isto é, na maneira como o mundo é percebido e conceituado, e, portanto, como as pessoas se comunicam, interagem e atuam, buscamos no Interacionismo Simbólico, como proposto por Blumer (1980), subsídios para compreender melhor a interação e comunicação no ambiente digital, pois vemos as redes sociais como um ambiente de interação simbólica.

Nesta perspectiva teórica, as comunidades são formadas por indivíduos ativos guiados pela interpretação dos significados dados. Esses significados são construídos na interação social da comunicação e, portanto, são um elemento-chave na compreensão dos processos de interação. O autor destaca a comunicação como instrumento de criação da realidade através de um processo dinâmico e interativo, assim, não se pode estudar ou entender as associações humanas fora do contexto comunicativo. Meyrowitz, intensifica nossa compreensão da internet como lugar de interação simbólica quando diz que “o contato social não ganha significado apenas pela presença física e pelo lugar físico para interação, mas ganha significado a partir da mídia que utiliza” (1985, p. 5).

Com base no exposto acima, acreditamos que a partir da identificação e análise dos conceitos metafóricos materializados em redes sociais é possível entender melhor o processo de construção social de significados. Esse entendimento é necessário para uma melhor compreensão da internet, concebida como um local de interação simbólica online. Desse modo, pretendemos voltar nosso olhar as redes sociais de parlamentares proeminentes no cenário político nacional. Escolhemos para isso, analisar as publicações nas páginas oficiais dos deputados federais Jean Wyllys e Jair Bolsonaro, no Facebook. A escolha desses atores se deu pois, além de apresentarem pontos de vista contrários e terem um histórico de embates entre si, possuem seguidores que se enfrentam nas redes sociais, apresentando certo maniqueísmo. Já a escolha do *Facebook* se dá em reconhecimento das potencialidades dessa rede social que podem ser vistas como um campo de circulação de opiniões e ideias genuinamente participativas em que a mensagem pode romper com os paradigmas da difusão unidirecional. (Jenkins, Ford e Green, 2014 apud SAAD CORRÊA, 2013, p. 287).

Estruturamos essa dissertação em cinco capítulos. Neste primeiro capítulo, introdutório, são apresentamos os propósitos e as perspectivas da pesquisa. No segundo capítulo apresentamos e discutimos os conceitos de metáfora presentes no pensamento peirceano e TMC, buscando aproximá-los, de modo que nos ajude a compreender seu funcionamento em processos de significação e ressignificação online. Já no terceiro capítulo, procuramos estabelecer um debate sobre a interação simbólica em sites de redes sociais na atualidade utilizando as premissas básicas do Interacionismo Simbólico. A esse pilar teórico buscamos somar alguns conceitos o Pragmatismo de origem peirceana, pois acreditamos que este se constitui uma das bases do primeiro, além de fornecer pistas importantes para um melhor entendimento das relações de significação no ambiente virtual. No quarto capítulo, nos voltamos à apresentação do nosso objeto empírico e aos processos metodológicos que utilizamos ao responder nossa questão de pesquisa, como será visto nos movimentos analíticos que também fazem parte deste capítulo. Encerando o quinto capítulo apresenta as considerações finais da pesquisa, questões ainda a serem discutidas e encaminhamentos possíveis para o futuro.

**Capítulo 2. Da metáforas conceituais**

**2.1. Comunicação e Semiótica**

A Semiótica não se trata de uma ciência aplicada, mas de uma ciência formal e abstrata que, para Santaella (1983), busca a investigação de todas as linguagens possíveis e o exame dos modos de constituição de todo e qualquer fenômeno de produção de significação e de sentido. Segundo Santaella e Nöth (2000), a semiótica é, sobretudo, uma filosofia da ciência, ou seja, funciona com uma teoria fundante, um método geral de investigação científica, ou ainda, como um mapa fenomenológico e epistemológico que pode ser usado por e em qualquer disciplina. Assim, para os autores, ao olharmos sob a luz de suas bases filosóficas, as definições e classificações dos signos de Peirce não aparecerão como classificações *strictu sensu*, mas como padrões que incluem todos os aspectos ontológicos e epistemológicos dos modos como representamos, significamos e interpretamos a realidade. Desse modo, a semiótica não pode ser vista somente como uma teoria da comunicação, mas é possível dizer que a noção de peirceana de semiose se insere em um modelo de comunicação.

Nesse modelo, comunicação pode ser vista, essencialmente como transmissão de informação, a ser interpretada, e que precisa estar incorporada em algo, a mensagem, que por sua vez se materializa em algum tipo signo e que é transportada em algum tipo de canal. Dado que ao produzir um efeito no destinatário, cria-se uma nova informação, transmitida e novamente interpretada, continuamente, criando-se assim, também, um processo de semiose contínuo, em que o signo interpretado gera um novo signo.  Dessa maneira, a Semiótica se faz uma teoria da comunicação, pois, por um lado, esta não acontece sem o fluxo de signo, e por outro lado, a semiose é acima de tudo um processo de interpretação.

Tendo que uma das principais características da teoria de Peirceana, e talvez seu ponto forte principal, é sua visão generalista e lógica de organização dos signos, Nicolau et al (2010) considera que a Semiótica se coloca bastante propícia para o estudo das mídias digitais na atualidade, posto que é é nesse contexto que têm surgido um número muito grande de linguagens, com a criação de ícones representativos de uma realidade virtual. Ao mesmo tempo, continua o autor, em que a virtualização da linguagem fechou um ciclo importante na constituição das imagens no âmbito da nossa cultura.

Santaella (2007, p. XIII) nos lembra ainda, que Buczynska-Garewicks – a quem considera uma das maiores críticas do uso da semiótica peirceana para estudos empíricos – afirma que a teoria dos signos “é capaz de explicar e interpretar todo o domínio da cognição humana” e que além de ser uma teoria do conhecimento, a Semiótica também fornece as categorias para a análise da cognição já realizada, dessa forma, ela também é uma metodologia.

**2.2. Teoria Geral dos Signos**

Charles Sanders Peirce, assim como a teoria que criou, foi um cientista generalista (matemático, físico, químico, filósofo, psicólogo) que tentava fornecer, com sua vasta filosofia, uma linguagem comum a todas às ciências, que fosse quase uma ciência e possibilitasse aos estudiosos entender as relações de seus diversos objetos de estudos. Assim, a semiótica Peirceana é parte de um sistema filosófico maior, embasado na fenomenologia, uma quase-ciência que busca a descrição do *phaneron*, isto é, investiga os modos como apreendemos aquilo que se apresenta a nossa mente (SANTAELLA, 2002). Peirce buscou em sua carreira definir conceitos elementares que permitissem construir um esquema analítico com um nível de generalidade máxima, aplicável a qualquer ciência ou disciplina.

A fenomenologia, então, é alicerçada nas três categorias do pensamento e da natureza: primeiridade, secundidade e terceiridade. Segundo Santaella (2014), essas categorias estão presentes em todo e qualquer fenômeno, sendo conceitos simples e aplicáveis a tudo, ou seja, universais, e por isso mesmo não excluem, substituem ou impõem a si mesmas. Assim, são dinâmicas, interdependentes e onipresentes. A Primeiridade ou mônada nos apresenta o universo das qualidades, dos sentimentos, das possibilidades, do indefinido, da potencialidade, da estética. Já a Secundidade, ou díade, nos traz o universo da reação, da existência, do definido, do efeito, da realidade, da ética e, por fim, a Terceiridade ou tríade, apresenta o universo da mediação, do contínuo, do crescimento, da generalidade, da lei, da lógica.

Peirce, propõe um sistema filosófico que parte da Fenomenologia – o estudo dos objetos e das estruturas da ciência cognitiva, aquilo que chega à mente – e vai até às Ciências Normativas, extrai da primeira todos os princípios fundamentais. Ou seja, na arquitetura filosófica de Peirce, a fenomenologia dá o suporte para a fundação das três ciências normativas iniciais: a Estética – ciência dedicada ao que é admirável por si, sem razão aparente –; a Ética – ciência da ação ou da conduta –; e a Lógica ou Semiótica – estruturada a partir da estética e da ética como uma teoria dos signos e do pensamento racionalizado (NICOLAU et al, 2010).

A estética dá subsídios às demais e se refere a primeiridade das coisas, a ética estuda a ação propositada e tem ligação com a secundidade e lógica se refere à terceiridade e pode ser entendida como a “ciência que estuda os signos, seus objetos e seus efeitos” (ROMANINI, 2016), assim, a lógica passa a ser também chamada de semiótica. É importante ressaltar que tal qual a primeiridade, está presente na secundidade e ambas se encontram na terceiridade, a estética fundamenta a ética e ambas fundamentam a lógica ou semiótica. De acordo com Santaella (2007), elas são disciplinas abstratas e gerais que não se confundem com ciências práticas; sendo chamadas de normativas porque têm por função estudar ideais, valores e normas.

Para Peirce, a Semiótica não trata apenas do signo e de suas propriedades formais, mas também das condições de representação do signo e dos efeitos causados pelo signo em seus intérpretes. Desse modo, o autor dá prosseguimento a seu esquema tríplice dividindo a semiótica em três ramos: gramática especulativa, lógica crítica e/ou metodêutica ou retórica especulativa.

“A gramática especulativa é o estudo de todos os tipos de signos e formas de pensamento que eles possibilitam. A lógica crítica toma como base as diversas espécies de signos e estuda os tipos de inferências, raciocínios ou argumentos que se estruturam através de signos. Esses tipos de argumentos são a abdução, a indução e a dedução. Por fim, tomando como base a validade e força que são próprias de cada tipo de argumento, a metodêutica tem por função analisar os métodos a que cada um dos tipos de raciocínio dá origem. Portanto, a metodêutica estuda os princípios do método científico, o modo como a pesquisa científica deve ser conduzida e como deve ser comunicada.” (SANTAELLA, 2002, p. 3-4).

Para Peirce, a Gramática especulativa é a disciplina que nos faz identificar os signos, ora como similaridade – um desenho de um animal na parede -, ora como signo indicial – poça d’água que indica que choveu ou fumaça que indica fogo -, ora como símbolo convencionado pela cultura – as palavras que representam objetos sem nenhuma relação de aparência ou indício, Já Lógica crítica, para o autor, nos permite fazer as inferências de raciocínio como dedução, indução e abdução, processos que nos fazem chegar a conclusões de pensamento, como um silogismo composto por premissas: as árvores são feitas de madeira, a jaqueira do meu quintal é uma árvore, logo, ela é feita de madeira. E a Retórica especulativa ou Metodêutica, vem a ser o modo como desenvolvemos métodos para empreender essas questões do raciocínio, bem como para saber que métodos são mais apropriados a determinadas pesquisas – para descobrir de que forma os signos que compõem um discurso na mídia, por exemplo, fazem esse discurso funcionar precisamos ir à busca de respostas, levantando hipóteses, verificando pelo raciocínio e chegando a conclusões, ou seja, precisamos de um método que garanta esse procedimento de descoberta ou confirmação das respostas. É pela Retórica especulativa que descobrimos qual ou quais métodos são os mais apropriados.

 Tal qual se observa nas divisões tripartites anteriores, aqui, vemos uma relação de dependência, ou seja, a gramática especulativa fornece subsídios à lógica crítica que assim pode suprir a retórica. De acordo com Romanini (2016), Peirce dedicou grande parte de seus estudos na primeira em uma busca intensa, a fim de atingir uma definição de signo e a classificação de seus tipos corretamente, permitindo, assim, o avanço dos outros ramos.

Aqui nos concentraremos na gramática especulativa, pois, segundo Santaella (2002) apesar desse ramo funcionar como uma propedêutica para a lógica crítica e para a retórica especulativa, devido a sua natureza filosófica, ontológica e epistemológica mais ampla, também pode ser considerado individualmente ao se analisar processos de significação já existentes. Isso é possível porque esse ramo se trata de uma teoria geral de todos os tipos possíveis de signos, das suas propriedades e seus comportamentos, de denotação da informação e de interpretação, trabalhando com conceitos abstratos que são capazes de determinar; descrever; analisar e avaliar todo e qualquer signo assim como os processos sígnicos. Ou seja, a gramática especulativa abarca todas as definições e classificações de qualquer signo, permitindo assim tanto sua análise como a da representação que dele implica.

Entendemos representação aqui como o processo de apresentação de um objeto a um intérprete de um signo ou a relação entre o signo e objeto (SANTAELLA e NÖTH 1997), assim ela engloba três aspectos: a significação, a objetificação e a interpretação. Esses aspectos da representação surgem devido à natureza triádica do signo, assim quando se olha para a significação, analisa-se o poder do signo de significar e suas propriedades intrínsecas. Por outro lado, ao se analisar a objetificação, estamos estudando seu poder de representar seu objeto, sua referência àquilo que indica. Já, aos nos concentrarmos na interpretação, refletimos sobre os possíveis efeitos que o signo pode no intérprete.

“Todo o propósito de um signo é de ser interpretado num outro signo; e toda a sua pretensão reside no caráter especial que ele atribui a essa interpretação. Quando um signo determina uma interpretação de si mesmo num outro signo, ele produz um efeito fora de si mesmo, um efeito físico, mesmo se o signo que produz este efeito seja em si mesmo não um objeto que existe, mas meramente um tipo. Ele produz esse efeito não nesse ou naquele sentido metafísico, mas num sentido incontestável. ” (PEIRCE, 1931-1958, § 8.191, cerca de 1904, apud NÖTH, 2016)

Como nos lembra Romanini (2016) há uma relação triádica indecomponível no signo, ou seja, ele é composto, necessariamente, por si mesmo (também chamado de *representamen*), pelo seu objeto e pelo seu interpretante, de tal forma que o signo pode ser entendido como qualquer coisa de qualquer espécie que representa uma outra coisa, o objeto do signo, e que produz um efeito interpretativo, o interpretante do signo, em uma mente real ou potencial. Nas palavras de Peirce:

“Signo é qualquer coisa que, de um lado, é assim determinada por um objeto e, de outro, assim determina uma idéia na mente de uma pessoa (interpretante) é mediatamente determinada por aquele objeto. Um signo, assim, tem uma relação
triádica com seu Objeto e com seu interpretante”. (PEIRCE 8.343, apud SANTAELLA, 2000:12)

O **signo**, ou representamen*,* é o elemento de mediação, aquilo que representa o objeto, sendo determinado pelo objeto, porém, é o signo que determina o interpretante. O **objeto** é aquilo que o signo representa, mas essa representação não é completa. Mesmo estando fora do signo, o objeto o determina. Já o **interpretante** é o efeito interpretativo produzido pelo objeto por meio do signo, sendo ele mesmo uma espécie de signo. O interpretante pode ser imediato, dinâmico ou final.

Aqui, se faz necessário salientar que signo não pode representar a totalidade do Objeto, visto que o que se quer representar é muito mais vasto e complexo do que um signo em si pode representar, assim ele pode ser marcado, quase sempre, pela vagueza e pela generalidade, necessitando de um complemento que o defina. Dessa forma, ao perceber a incompletude do signo e no entendimento da necessidade de algo além do signo que permita para complementar o processo de semiose, Peirce desenvolve o conceito de experiência colateral.

A experiência colateral possui um caráter múltiplo e complexo: resultado de diversos contatos anteriores que estão armazenados na memória. Para o autor, é o conhecimento imperativo para que se entenda determinada relação entre objeto e signo, entretanto esse conhecimento está fora do signo. Assim, é possível dizer que a experiência colateral é um conjunto de contatos anteriores, por meio de outros signos ou quase-signos, com o objeto do signo em questão: percepções sutis, informações sensoriais particulares, um sentido instaurado que recorda uma série de atributos que o signo em si não pode fornecer totalmente. É uma espécie de estado de consciência que nos conecta com o universo relativo ao signo ali apresentado no momento (PEIRCE, 1980:122). Bergman (2010) ressalta que essa experiência não precisa ser diretamente do objeto em questão; sendo suficiente que o intérprete possa estabelecer uma conexão entre o Objeto e sua experiência colateral.

**2.1. Classes de signos**

Entre as diversas classificações dos signos desenvolvidas por Peirce, podemos dizer que mais conhecida é a que se refere à secundidade, isto é, à relação do signo com seu objeto, assim, por ser a mais utilizada, muitos trabalhos se detém na distinção entre ícone, índice e símbolo, porém esta é apenas umas das três tricotomias possíveis. Desse modo, para se obter uma classificação mais completa dos signos é importante lembrar que o signo pode ser analisado a partir de três aspectos: a significação; a objetificação e a interpretação que, respectivamente, se referem ao signo em si mesmo (representamen); ao modo que o signo representa o objeto e ao efeito que o signo causa, ou seja, o interpretante. Também é necessário recordar as três categorias ontológicas da fenomenologia, primeiridade, secundidade e terceiridade. Dessa maneira, ao fazer o cruzamento dos três aspectos com as três categorias ontológicas obtém-se a seguinte Tabela de Signos:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Categorias/Aspecto | significação | objetificação  | interpretação  |
| primeiridade | quali-signo | ícone  | Rema |
| secundidade | sin-signo | índice | dici-signo |
| terceiridade | legi-signo | símbolo | Argumento |

A partir das combinações possíveis dessas tricotomias é que Peirce extrai as dez classes de signos genuínos (SANTAELLA, 2000):

* O quali signo (qualissigno icônico remático) é uma possibilidade, uma sensação, uma qualidade que é um signo. Seria a sensação de uma cor;
* O sinsigno icônico (sinsigno icônico remático) é qualquer objeto real, com alguma qualidade que evoca a ideia de um outro objeto, como um diagrama individual;
* O sinsigno indicial remático chama a atenção para um objeto presente com o qual está ligado fisicamente, com exemplo um grito de surpresa;
* O sinsigno dicente (sinsigno indicial dicente), como no caso anterior, possui uma ligação direta e física com objeto, porém fornece uma informação sobre ele, com um termômetro ou cata-vento;
* O legissigno icônico (legissigno icônico remático) é ícone interpretado como lei, ou seja, corporifica uma qualidade definida como uma lei geral, evocando a idéia de seu objeto, por exemplo, como um diagrama;
* O legissigno indicial remático é um signo de lei que é afetado por seu objeto e chama atenção sobre ele. Como exemplos podemos considerar um pronome demonstrativo ou um nome próprio;
* O legissigno indicial dicente é um signo de lei que é afetado por seu objeto, oferecendo uma informação definida sobre esse objeto. É o caso, por exemplo, de um cartaz significando proibido fumar ou uma placa de trânsito;
* Um símbolo remático (legissigno simbólico remático) é um signo ligado ao seu objeto através de associações de ideias gerais, trazendo à mente um conceito, devido a hábitos e disposições desta mente. Para Peirce, (2000, p. 56.) “é aquilo que os lógicos chamam de Termo Geral, ou muito se lhe parece. O Símbolo Remático, como todo o símbolo, é da natureza de um tipo geral e é, assim, um legissigno”. Os substantivos comuns são exemplos de símbolo remáticos;
* O símbolo dicente (legissigno simbólico dicente), para Nöth (1995, p. 91) “combina símbolos remáticos em uma proposição, sendo, portanto, qualquer proposição completa”;
* Um argumento (legissigno simbólico argumental) é o signo do discurso racional e gera uma lei como interpretante. É a classe mais geral dos signos. Todas as regras são exemplos desse tipo de signo.

**2.1.3 Ícones e hipoícones**

Devido ao objetivo deste estudo e a amplitude e generalidade das classificações, nos ateremos a explorar o ícone, sua estrutura e possibilidades, pois para nós, por hora, o conceito atende às necessidades do objeto em questão, as metáforas presentes em discursos nas redes sociais.

Para Peirce, o ícone representa seu objeto devido a uma relação de semelhança das qualidades que se produz entre eles, não fazendo qualquer distinção entre o objeto e si mesmo (CP 5.74, apud ROMANINI 2006). Desse modo ícone não pode existir, exceto como possibilidade, pois qualidades não tem o poder de representar, apenas de se apresentar, ou seja, ele pode, apenas, sugerir ou evocar algo porque a qualidade que exibe se assemelha a qualidade do objeto (SANTAELLA, 2002). Segundo Peirce:

“Um Ícone é um Signo que se refere ao Objeto que denota apenas em virtude de seus caracteres próprios, caracteres que ele igualmente possui, quer um tal objeto exista ou não. É certo que, a menos que realmente exista um tal Objeto, o Ícone não atua como Signo. Qualquer coisa, seja uma qualidade, um existente individual ou uma lei, é Ícone de qualquer coisa, na medida em que for semelhante a essa coisa e utilizado como um signo seu.” (PIERCE, 1931-1958, v. 2, p. 247 apud SANTAELLA, 2000, p. 110)

Porém, Peirce reconhece que um “signo pode ser icônico e representar seu Objeto principalmente por sua semelhança” (PIERCE, 1931-1958, v. 2, p. 276 apud Jappy, 2001). Dessa maneira, pode se distinguir o Ícone Puro do Signo Icônico ou Hipoícone (REIS, 2006). Ícone puro, como já exposto, é sempre uma expressão de qualidade de semelhança, despida de informação factual, positiva, enquanto a concretização dessa possibilidade em um existente é que nos dá um signo icônico, que se define assim em razão da predominância do efeito iconizante proporcionado pelo ícone puro. Dessa forma, os hipoícones podem ser classificados pelo modo da relação de semelhança que o signo tem com seu objeto:

Hipoícones podem ser grosseiramente divididos de acordo com o tipo de Primeiridade da qual participam. Aqueles que participam de simples qualidades, ou Primeiras Primeiridades, são imagens; aqueles que representam as relações, principalmente diádicas, ou assim consideradas, das partes de uma coisa por relações análogas em suas próprias partes, são diagramas; aqueles que representam o caráter representativo de um *representamen* pela representação de um paralelismo em outra coisa, são metáforas. (CP 2.277, EP2: 274 apud FARIAS, 2008)

Desse modo, a Imagem se fundamenta na captura de qualidades simples, imediatas e superficiais do objeto, por meio de qualisignos sensoriais – sons, formas, odores, cores, texturas, volumes, movimentos, etc.  – que sustentam a semelhança sensorial entre o hipoícone e seu objeto. A imagem pode ser caracterizada como primeira primeiridade devido à sua condição de hipoícone duplamente degenerado da primeiridade, por isso a representação de uma simples qualidade é suficiente para a imagem funciona como signo, independentemente do objeto ou do interpretante (JAPPY, 2001).

Já o Diagrama é um esquema conceitual que expressa relações abstratas internas do signo, também presentes no objeto, assim, a qualidade representativa do diagrama baseia-se em uma relação de semelhança estrutural entre o signo e seu objeto.  O diagrama tem sua origem na secundidade, sendo um signo dela degenerado, assim ao contrário da imagem que é independente tanto do objeto como do interpretante, o caráter representativo do diagrama está na sua dependência do objeto, ou seja, sua constituição requer que pelo menos dois elementos associados por alguma relação no objeto sejam representados por uma relação diádica análoga no signo.

Segundo Haley (1988, p. 37), metáfora iconiza um signo, produzindo um efeito de paralelismo e de semelhança com outro signo, logo sua qualidade representativa está na relação de semelhança estabelecida entre o caráter representativo de um signo como outro. Esse paralelismo promove uma operação de projeção de propriedades de um conceito sobre outro, atribuindo algumas características próprias do primeiro ao segundo conceito, como veremos na próxima seção.

Santaaella e Nöth (1997, p. 65) sintetizam a diferença entres os tipos de hipoícones ressaltando que a imagem é uma similaridade na aparência; já o diagrama tem sua similaridade baseada nas relações; enquanto a metáfora no significado. Os autores ainda acrescentam que:

Pela lógica peirceana, no entanto, quando passamos da imagem para o diagrama, este embute aquela, assim a como a metáfora engloba, dentro de si, tanto o diagrama quanto a imagem. Daí que as cintilações conotativas da metáfora produzam nítido efeitos imagéticos, assim como a metáfora sempre se engendra num processo de condensação tipicamente diagramático. (SANTAELLA e NÖTH 1997, p. 65)

**2.1.4 A metáfora como signo**

Ainda que considerada por Jappy (2001) “o mais interessante dos hipoícones”, o autor reconhece que Peirce não chegou a formular uma teoria completa sobre a metáfora, escrevendo apenas algumas linhas sobre o tópico. Haley (1988), concorda que a descrição peirceana dos hipoícones não fornece uma definição completa de metáfora, e acrescenta que Peirce somente oferece uma distinção entre os tipos de hipoícones com relação às suas respectivas condições icônicas. Para o autor, Peirce fornece uma poderosa sugestão sobre o tipo de similaridade que é (arque)tipicamente metafórica, porém não a define quando afirma que a metáfora representa não apenas a qualidade simples de uma coisa ou uma estrutura análoga a ela (como fazem a imagem e o diagrama), mas, representa o “caráter representativo” de algo. Desse modo, a metáfora, sua definição e propriedades, constituem ainda tema de debate como visto em Anderson (1985), Haley (1988), Jappy (2001), Santaella (1996), HAUSMAN (1996) SørenSen e ThellefSen (2011), entre outros.

Segundo Jappy (2001), o primeiro ponto a ser levantado é que, para Peirce, a metáfora é forma, não apenas uma figura de linguagem. Mesmo que uma sentença possa ser (hipoiconicamente) metafórica, pois sua natureza qualitativa não limita os tipos de signos nos quais a metáfora possa representar, nem todo signo metafórico se apresenta na forma de linguagem verbal, não havendo limite teórico para o tipo de signo no qual a metáfora seja inerente.

Enquanto a imagem, por ser a primeira primeiridade, age independente de seu objeto e de seu interpretante e o diagrama, a primeira secundidade, funciona como relação entre o signo e objeto de forma autônoma ao interpretante. A metáfora, sendo duplamente degenerada da terceiridade, ou seja, a primeira terceiridade, é, portanto, o signo mais genuíno dentre os três hipoícones, exigindo como o símbolo o envolvimento do interpretante em sua constituição.

A metáfora pode ser vista como um símbolo cuja iconicidade domina, compartilhando sua natureza tanto com o símbolo, quanto com o ícone. De um lado, depende de um hábito, familiaridade ou convencionalidade, que são trazidos pelo símbolo e, do outro, de uma representação qualitativa do objeto, que o ícone fornece (ROMANINI, 2006). Disso resulta o poder da metáfora de iconizar um signo e produzir um efeito de paralelismo e de semelhança com outro signo, de modo que sua qualidade representativa está na relação de semelhança estabelecida entre o caráter representativo de um signo como outro. Segundo Santaella:

“As metáforas fazem um paralelo entre o caráter representativo do signo com o caráter representativo de um possível objeto. Ou melhor, e o que é mais engenhoso na definição de Peirce, elas representam o caráter representativo de um signo e **traçam um paralelismo com algo diverso**. Caráter representativo refere-se àquilo que dá ao signo poder para representar algo diverso dele. É essa que as metáforas representam. Extraem tão-somente o caráter, o potencial representativo em nível de qualidade, de algo e fazem paralelo com alguma coisa diversa. Há sempre uma forte dose de mentalização e acionamento de significados nas metáforas, daí elas serem hipoícones de terceiridade.” (SANTAELLA, 2000, p. 120, grifo nosso)

Metáforas se referem indiretamente ao seu objeto sendo, dessa maneira, hipoícones de terceiridade. Segundo Santaella e Nöth (2017, p. 53), para funcionar a metáfora precisa despertar na mente do intérprete elementos terceiros capazes de unir as qualidades de seus elementos.

De acordo com Peirce, é através da descoberta de um paralelismo entre, por exemplo, dois diferentes universos de experiência que é possível obter novos conhecimentos, assim, a metáfora pode ser entendida como uma nova maneira de usar a linguagem que pode causar uma nova maneira de pensar, ou, até mesmo, é uma nova maneira de pensar (SØRENSEN, THELLEFSEN & MOTH, 2007).

Esse paralelismo promove uma operação de projeção de propriedades de um conceito sobre outro, atribuindo algumas características próprias do primeiro ao segundo conceito, permitindo as metáforas realizarem inferências abdutivas. Assim, na definição peirceana, a metáfora faz uma mediação por similaridade, uma “ponte semiótica”entre o signo e o objeto (SANTAELLA e NÖTH, 2017, p. 80)

Desse modo, para Romanini (2009), a metáfora tem um papel importante na percepção, pois permite a síntese da multiplicidade de estímulos perceptivos em uma ideia, dando ao indivíduo acesso a informação na forma de uma conotação, desempenhando um papel muito mais importante na percepção e na lógica do que se normalmente supõe. Esse papel da metáfora é enfatizado por teóricos modernos:

Baseado em seu poder especial de síntese, a metáfora pode preencher as lacunas entre experiência e pensamento, entre imaginação e conceito e entre o novo e o conhecido. O momento central desse poder sintético é a iconicidade da metáfora, que seletivamente evoca percepções sensoriais e as integra nas constelações de significados. Por meio desse processo seletivo, a metáfora torna possível não só a conceituação da experiência, mas também a ligação do novo à experiência anterior. (DEBATIN,1995 apud ROMANINI, 2006):

Dessa maneira, pode-se dizer que a metáfora não é meramente um recurso retórico ou um ornamento da linguagem, mas algo que permeia todas as formas de discurso e de expressão e assume uma posição privilegiada no desenvolvimento contínuo dos processos significantes, pois funciona como uma operação de transferência de predicados entre símbolos cujo resultante aponta para o crescimento semiótico, isto é, para a emergência de novos signos.

**2.2 Metáfora conceitual**

Apesar da Teoria da Metáfora Conceitual datar das últimas décadas do século XX, o estudo das metáforas não é algo recente, se originando desde a antiguidade, onde podemos apontar Aristóteles como um dos primeiros estudiosos a pensar sobre a metáfora. Para o filosofo grego, a metáfora era vista como um ornamento retórico, um fenômeno linguístico criado conscientemente para embelezar o discurso. Essa compreensão da metáfora como figura de linguagem tornou-se dominante sendo por muito tempo o único modelo de estudo sobre o tema, e persistindo até hoje. Mesmo Peirce, apesar de esboçar um interesse pela metáfora, não explora profundamente suas propriedades, cabendo a seus seguidores esse trabalho, como visto na seção anterior.

Entretanto, é na década de 1970 que alguns estudiosos começaram a perceber que a metáfora não se encontrava apenas em textos poéticos, mas, também, estava presente em expressões cotidianas, em discurso políticos e até mesmo em textos científicos.

Com a publicação da obra Metáforas da Vida Cotidiana, de George Lakoff e Mark Johnson, marca-se o início da TMC. Neste livro, os autores afastam-se dos conceitos tradicionais de metáfora - como figura de linguagem -  e a apontam como parte indispensável do pensamento e comportamento humano, dando, assim, um novo impulso aos estudos sobre metáfora. Assunção e Sperandio (2011, p. 510), afirmam que o lançamento desse livro “produz uma revolução nos estudos sobre metáfora, por assumir como tese central a pressuposição de que a metáfora é onipresente e essencial na linguagem e no pensamento”. Já Kovecses (2005) nos lembra que os autores americanos não foram os primeiros a afirmar isso, mas foram os primeiros a fazê-lo de maneira sistemática, generalizável e experimental.

As metáforas são representações mentais, abstratas, e um dos meios pelas quais elas tomam forma é através de expressões linguísticas. A metáfora, na visão conceitual, não é uma expressão linguística. É uma operação mental. Porém, por ser uma operação mental, como podemos estudar as metáforas conceptuais? Como elas podem ser verificadas? O estudo das metáforas pode ser feito através da análise de expressões linguísticas que as veiculam. Essas expressões, chamadas de expressões metafóricas, não são a metáfora conceptual em si, mas sim, a manifestação do pensamento metafórico.

A partir do ensaio “*The conduit metaphor*”, em que Michael Reddy (1979) analisa enunciados linguísticos, a fim de mostrar como falantes de língua inglesa sinalizam de forma metafórica o conceito de comunicação, Lakoff e Johnson concluem que que há um sistema metafórico que subjaz à linguagem, exercendo influência tanto em nossas ações, como em nosso pensamento, ou seja “a metáfora não é somente uma questão de linguagem, isto é, de meras palavras [...] os processos do pensamento são em grande parte metafóricos” (LAKOFF e JOHNSON, 2002 [1980], p. 48)

Para os teóricos cognitivistas, agimos e pensamos de maneira mais ou menos automática ou inconsciente sem ter plena consciência do nosso sistema conceitual, dessa forma, adotam a linguagem como meio para descobrir o modo que conceitualizamos as coisas pois “as metáforas como expressões linguísticas são possíveis precisamente por existirem metáforas no sistema conceptual” (LAKOFF e JOHNSON, 2002 [1980], p. 48)

Kovecses (2000), corrobora o argumento e explica que apesar de não ser possível observar diretamente a mente, é possível estudar as metáforas através da linguagem - uma de suas manifestações mais complexas, elaboradas e extensas, isto é, pela linguagem pode-se acessar ao modo como a mente trabalha. A linguagem é vista como um instrumento confiável na identificação de padrões conceituais que podem dar pistas sobre o que acontece na mente.

Lakoff e Johnson defendem que a metáfora é uma operação mental básica, através da qual entendemos o mundo. Assim, ampliam o conceito de metáfora, geralmente vista como expressão criativa e poética, atribuindo à metáfora o status de fenômeno intrínseco ao pensamento, que pode ser manifesto em expressões linguísticas. Paras autores elas não apenas estruturam o que percebemos, mas também a maneira como agimos e nos relacionamos com o mundo.

[...] a metáfora está infiltrada na vida cotidiana, não somente na linguagem, mas também no pensamento e na ação. Nosso sistema conceptual ordinário, em termos do qual não só pensamos, mas também agimos, é fundamentalmente metafórico por natureza. (LAKOFF; JOHNSON, 2002 [1980], p. 45)

Para a TMC, os conceitos são definidos com base na percepção humana das interações dos indivíduos com o ambiente, objetos e outros indivíduos e não em termos de suas propriedades intrínsecas. Passa-se, então, a pensar na metáfora como metáfora conceitual ou conceito metafórico, uma intervenção cognitiva fundamental que estrutura o pensamento e ação, assim, nosso sistema conceitual ordinário, em termos do qual não se pensa, mas também se age, é fundamentalmente metafórico por natureza.

Segundo Lakoff e Johnson, a metáfora conceitual permite “compreender e experienciar uma coisa em termos de outra.” (2002 [1980], p. 48), desse modo um domínio conceitual não estruturado é entendido ao se recorrer a um outro domínio já conhecido a partir da nossa experiência. Esse movimento é unilateral, de tal forma que conceitualizamos o domínio-alvo em termos do domínio-fonte. O domínio-fonte, abrange o conhecimento já existente, aquilo já conhecemos e entendemos, enquanto o domínio-alvo, é o novo, o que se quer compreender e conhecer.

Metaphors are ubiquitous in natural language and sub-serve a variety of cognitive, affective, and social functions in communication: They can be used to efficiently represent and communicate about abstract topics, establish common ground between speakers, and allow people to leverage their structured knowledge of a source domain to organize how they understand and reason about the target domain in question (FLUSBERG, MATLOCK & THIBODEU, 2017, p. 2)

Por exemplo, o AMOR É UMA VIAGEM é uma metáfora conceitual que apresenta o amor e nos permite compreender o amor como uma viagem, ou seja, parte-se do domínio-fonte, que seria o conhecimento adquirido, viagem, e volta-se para o domínio-alvo, o amor. Estes domínios são resultados de metáforas conceituais. Pode-se ver como a metáfora conceitual AMOR É UMA VIAGEM emerge na linguagem, nas seguintes expressões:

Veja a que ponto nós chegamos.

Agora não podemos voltar atrás.

Nós estamos numa encruzilhada.

Nossa relação não vai chegar a lugar nenhum.

Outro exemplo utilizado pelos autores para ilustrar esse procedimento é a metáfora conceptual: DISCUSSÃO É GUERRA, subjacente nas expressões:

Seus argumentos são indefensáveis

Suas críticas foram direto ao alvo

Jamais ganhei uma discussão com ele

Ele derrubou todos os meus argumentos

De acordo com Lakoff e Johnson (2002 [1980]), não apenas falamos sobre discussão em termos de guerra, mas vemos as pessoas com quem discutimos como um adversário e também é possível considerar que ganhamos ou perdemos uma discussão. Além disso, ataca-se a posição do outro enquanto se defende a própria, ganhando ou perdendo terreno. Estratégias são planejadas e usadas deliberadamente. Se achamos uma posição indefensável, podemos abandoná-la e colocar-nos numa linha de ataque. Aqui, o conceito de guerra fornece subsídios para a compreensão do conceito de discussão, ou seja, domínio-fonte guerra é utilizado para o domínio-alvo discussão. Porém, apenas alguns aspectos do domínio fonte são utilizados, outros não, justificando, assim, a unilateralidade da metáfora. Assim, para Thibodeau e Boroditsky (2011), se as metáforas rotineiramente influenciam a forma como fazemos inferências e coletamos informações sobre o que nos cerca, então, as metáforas presentes na língua podem oferecer uma janela única sobre como construímos conhecimento e raciocínio sobre questões complexas.

Lakoff e Johnson diferenciam três tipos de metáforas, que são responsáveis pela nossa estruturação da experiência:

* Metáforas estruturais: quando um conceito é estruturado metaforicamente por outro conceito. Como exemplo, temos a metáfora TEMPO É DINHEIRO, na qual, o tempo, conceito abstrato, é experienciado como sendo dinheiro, conceito concreto, assim entende-se o tempo como sendo algo que se pode gastar, desperdiçar, investir ou poupar.
* Metáforas orientacionais: têm como base a experiência física, ou melhor, ocorrem quando é dado a um conceito não espacial uma orientação espacial. As metáforas orientacionais têm relação direta com o corpo e seu funciona no espaço físico. Como exemplos, temos FELIZ É PARA CIMA e seu o oposto, TRISTE É PARA BAIXO.
* Metáforas ontológicas: quando um conceito não físico é entendido a partir de um algo físico, ou seja, são as geradas através da experiência com objetos físicos e substâncias. Com elas conceitualizamos eventos, atividades, emoções e ideias como entidades, substâncias, recipientes. Como exemplo temos a metáfora MENTE É UMA MÁQUINA. É possível destacar aqui a personificação como um subtipo de metáfora ontológica, em que objetos físicos são concebidos como pessoas como no exemplo INFLAÇÃO É UM ADVERSÁRIO.

Os autores afirmam ainda que metáforas mais complexas têm raízes em metáforas mais profundas e o conceito da realidade pode ser entendido como acumulação e representação de conceitos metafóricos que, por sua vez, são compostos de camadas e estratos de vários outros conceitos metafóricos, que representam metáforas básicas.

**2.2.1. Revisões da Teoria da Metáfora Conceptual**

Em 2003, após mais de duas décadas da publicação original, em 1980, Lakoff e Johnson publicam uma nova edição de *Metaphors we live by*, ainda sem tradução no Brasil, na qual acrescentam um posfácio, atualizando a Teoria da Metáfora Conceptual, revisando alguns pressupostos e, ao mesmo tempo, acrescentando outros.

Os autores iniciam este posfácio reiterando o valor do estudo original que ao dar destaque ao pensamento metafórico fez com que se repensasse ideias fundamentais sobre a mente e seu funcionamento, tendo implicações em diversas áreas desde a linguística e ciências cognitivas, até a filosofia da ciência e matemática, passando pela literatura e política (LAKOFF e JOHNSON, 2003, p.244) também pela comunicação, como pretendemos aqui.

Os autores reafirmam, também, o papel das metáforas conceituais no dia-a-dia e sua importância para o pensamento, pois como raciocinamos metaforicamente, as metáforas determinam o modo como percebemos e agimos. Esse mecanismo geral e normal do nosso pensamento é utilizado consciente e inconscientemente, nos permitindo fazer inferências de um domínio a partir de outro, para poder compreender aquele. Assim, diferentes metáforas provocam diferentes efeitos de sentido, como exemplo os autores mostram como o casamento pode ser entendido como uma parceria, uma jornada pela vida, um modo de crescimento para as duas pessoas ou a união delas em uma outra entidade. Essas diferentes metáforas apresentam diferentes modos de ver o casamento e assim trazem consigo diferentes expectativas e responsabilidades, e grandes diferenças nas metáforas utilizadas podem causar conflitos no casal. Do mesmo modo, o pensamento metafórico é utilizado em questões mais gerais, que afetam grandes populações, como no outro exemplo apresentado, em que um ataque militar pode ser entendido tanto como um “estupro”, uma “ameaça à segurança nacional” ou um “modo de defesa contra o terrorismo”.

Além disso Lakoff e Johnson apontam uma série de falácias herdadas da tradição Ocidental que persistem e se mostram como desafios para a pesquisa sobre a metáfora conceptual, a saber i) a metáfora é uma questão de palavras e não de conceitos; ii) a metáfora é baseada em similaridade; iii) todos os conceitos são literais e iv) pensamento racional não pode ser moldado pela natureza de nossos cérebros. A isso, os autores respondem mostrando como pesquisas posteriores a obra de 1980 indicam como esses quatro pontos são equivocados. Assim, apontam que a metáfora i) trata-se primeiramente de processos cognitivos e não de linguísticos; ii) que se embasa nas correlações entre domínios em nossa experiência, propiciando uma percepção de semelhanças entre domínios da metáfora. Desse modo, iii) até conceitos mais complexos e estabelecidos são entendidos e raciocinados através de múltiplas metáforas e iv) esse sistema de metáforas conceituais é formado pela natureza comum de nossos corpos e pelo modo compartilhado pelo qual agimos e experienciamos o mundo.

Um dos principais aspectos da Teoria da Metáfora Conceptual revisitado foi a metáfora utilizada para falar sobre a metáfora. Na década de 1980, a metáfora foi inicialmente entendida utilizando-se as correspondências como usado na matemática, ou seja, como um mapeamento entre dois domínios em que toma-se as características do domínio-fonte e aplica-se a um novo domínio, o domínio-alvo, como já visto aqui. Porém, segundo os autores, esta metáfora mostrou-se inadequada, pois não se aplicaria aos casos em que se cria uma entidade no domínio alvo divergindo assim do caráter criativo que a metáfora conceptual possui.

Desse modo, adotou-se um novo modo para conceituar metáfora, que fosse capaz de dar conta de seu caráter criativo. Passou então a pensar a metáfora como projeção, ou seja, ela atuaria como um retroprojetor, de forma que domínio-alvo seria uma primeira imagem e a projeção metafórica seria o processo de colocar outra imagem (domínio-fonte) sobre a primeira, sobrepondo, assim, suas características àquela. Entretanto, a projeção metafórica apresentava outro problema: todas as características do domínio-fonte seriam obrigatoriamente projetadas sobre o domínio-alvo, ou seja, ocorreria a transferência de todos os predicados do domínio-fonte para o domínio-alvo e não apenas parcialmente.

Assim foi necessária uma nova forma de conceituar metáfora, que ao mesmo tempo desse conta do caráter criativo da metáfora e permitisse a seleção de características a serem transferidas entre o domínios-fonte e domínio-alvo. Para solucionar essa questão optou-se por uma retomada da metáfora do mapeamento, mas dessa vez deixou-se de lado a ótica matemática e foi utilizada uma teoria neural. Baseando-se na Teoria Neural da Linguagem e na neurociência, os autores defendem que os domínios são entendidos como redes neurais e os mapeamentos são conexões neurais entre essas redes, ou seja, inferências do domínio de origem são transferidas para o domínio alvo através de links neurais e não por projeção.

Outro ponto da TMC que foi revisado no posfácio de 2003 é relativo à classificação das metáforas orientacionais, ontológicas e estruturais. Os autores Lakoff e Johnson (2003, p. 265) esclarecem que essa divisão é artificial e que todas as metáforas são estruturais e ontológicas, pois todas estruturam conceitos a partir de outros conceitos, todas são ontológicas criam entidades no domínio-alvo, enquanto muitas metáforas são orientacionais já que utilizam esquemas imagéticos orientacionais.

Por fim, os autores apresentam uma distinção entre metáfora e metonímia. A metáfora possui dois domínios: alvo e fonte, que são mapeados e, assim, o domínio-fonte fornece elementos para o domínio-alvo, ou seja, o mapeamento é múltiplo. Já na metonímia, há apenas um domínio e um mapeamento único, sendo um elemento de um domínio substituído por outro pertencente ao mesmo domínio.

Para Lakoff e Johnson (2003, p. 265), apesar das diferenças entre metáfora e metonímia, é compreensível que haja uma confusão entre elas. Para eles, em ambos os casos, há um mapeamento conceitual que se reflete em expressões linguísticas, além disso, as duas implicam em um co-ativação neural, porém na metáfora isso se dá em dois domínios distintos, enquanto na metonímia em apenas um.

“The moral is this: When distinguishing metaphor and metonymy, one must not look only at the meanings of a single linguistic expression and whether there are two domains involved. Instead, one must determine how the ex-pression is used. Do the two domains form a single, complex subject matter in use with a single mapping? If so, you have metonymy. Or, can the domains be separate in use, with a number of mappings and with one of the domains forming the subject matter (the target domain), while the other domain (the source) is the basis of significant inference and a number of linguistic expressions? If this is the case, then you have metaphor.”  (LAKOFF e JOHNSON, 2003, p. 266-267)

**2.3. Relações entre o signo metafórico e a metáfora conceitual**

Inicialmente, nos fundamentando no pressuposto que metáfora, como signo, funciona como um mecanismo responsável pelo crescimento semiótico devido a projeção de predicados, é possível aproximarmos a teoria semiótica da teoria da metáfora conceitual, já que para esta perspectiva a metáfora age de modo a nos fazer compreender algo nos termos de outro, gerando, assim, um novo conceito. Desse modo, acreditamos que em ambas teorias, a metáfora tem uma função e modo de agir similares; e propomos uma reflexão sobre essas semelhanças, que nos parece pode contribuir para conhecimento nessas áreas, pois tais esforços ainda são pouco explorados.

 Apesar desse empenho em aproximar as duas teorias não ser comum, não é novo também. Haley, na década de 1990, já se preocupava com o que a filosofia peirceana poderia oferecer a TMC e Johnson, assim escreve o artigo *Metaphor, mind and space: what Peirce can offer Lakoff,* onde expressa tanto seu interesse na obra do cognitivista, quanto alguns aspectos em comum entre as duas escolas. Haley nos lembra que outros autores já mostravam esse interesse e Hiraga e Radwanska-Willians:

“A semiose é o processo criativo de formação de signos e interpretação de signos. A linguagem como um sistema de signos inclui metáforas. Assim, nossa cognição é semiótica, e vale a pena trazer os dois enfoques teóricos (semiótica e metáfora cognitiva) juntos.” (HIRADA e RADWANKA-WILLIANS, 1995 apud HALEY, 1999, tradução nossa)

Essa relação entre signo; cognição e linguagem, e a importância que o primeiro tem para as últimas é presente em ambos campos, e partir daí podemos começar a ver os pontos de ligação entre a semiótica peirceana e TMC. Haley enfatiza como a metáfora é um fenômeno essencialmente conceitual e não apenas retórico, devendo ser considerada como uma relação central, que ocorre na mente e perpassa o raciocínio. Santaella ao falar do signo (e o que é a metáfora, se não um signo?!) nos diz:

“...qualquer coisa que esteja presente à mente tem a natureza de um signo. Signo é aquilo que dá corpo ao pensamento, as emoções, reações etc. Por isso mesmo, pensamentos, emoções e reações podem ser externalizados. Essa internalizações são traduções mais ou menos fiéis de signos internos para signos externos.” (SANTAELLA, 2002, p. 10)

Lakoff e Johnson (2002 [1980])) entendem a metáfora como um dos mais importantes instrumentos que utilizamos para tentar compreender parcialmente o que não podemos entender em sua totalidade, isto é, nossos sentimentos, nossas experiências estéticas, nossas práticas morais e nossa consciência espiritual. Para eles, esses esforços da imaginação não são destituídos de racionalidade; como se utilizam da metáfora, empregam uma racionalidade imaginativa. Já Lakoff em um dos seus livros mais recentes, *The political mind: A cognitive scientist's guide to your brain and its politics,* nos lembra que as “metáforas são estruturas mentais independentes da linguagem e pensamento metafórico é ordinário, e na maior parte inconsciente e automático” (2008, p. 82, tradução nossa). Aqui temos novamente em evidenciado como a metáfora é fundamental à cognição e à linguagem, o que parece ser reconhecido por Peirce:

“If a logician had to construct a language *de novo*… which he actually has almost to do...he would naturally say, I shall need prepositions to express the temporal relations of before, after, and at the same time with, I shall need prepositions to express the spatial relations of adjoining, containing, touching, of in range with, of near to, far from, of to the right of, to the left of, above, below, before, behind, and Ishall need prepositions to express motions into and out of these situations. For the rest, I can manage with metaphors.” (CP 2.290 Fn P1 p164 apud HALEY, 1999)

Para Haley (1999), “um terreno comum” entre as duas teorias que deve ser explorado é a influência que a experiência tem na formação de nosso sistema cognitivo. Para o autor, os cognitivistas, ao falarem sobre metáforas orientacionais, oferecem uma interessante hipótese sobre o motivo para tais metáforas permearem nossa mente: "tal orientação metafórica não é arbitrária. Eles têm uma base em nossas experiências físicas e culturais". Haley(1999) acredita que Peirce concordaria com Lakoff e Johnson, não apenas sobre o papel fundamental da experiência corporal na formação de conceitos básicos como tempo e espaço.

“After all, he remarked to lady Welby, “It appears to me that the method of designating temporal relations by their analogies with spatial relations must date from the very beginnings of speech” and then went on to explain how the first two (hypothetical) users of language might have used “hand gestures” to indicate purely mental phenomena. Peirce went on to talk about the importance of bodily movements and gestures in grounding and supplementing these primal concepts.” (HALEY, 1999, p. 426)

No entanto, Haley enxerga, de um ponto de vista semiótico, as metáforas orientacionais não como meras convenções culturais com uma explicação parcial no comportamento físico de objetos e pessoas no espaço, mas sim como que esse tipo de metáforas precipitaria de forma natural de um contínuo psicológico e/ou ontológico que a mente e a matéria dividem o mesmo lugar (HALEY, 1999, p. 437). Para o autor a diferença ocorre devido ao que chama de “idealismo objetivo de Peirce” onde a própria natureza é uma extensão ou instanciação da Mente, assim como a mente humana é outra extensão (e, portanto, inerentemente semelhante). A natureza e a mente humana obedecem às mesmas leis da Mente. Em oposição ao materialismo de Lakoff e Johnson em que nossas mentes e estruturas mentais são parcialmente configuradas por nossa experiência corporal na natureza, e parcialmente pelas convenções culturais cujos esquemas estamos obrigados a impor à natureza (HALEY, 1999, p. 437).

A dupla de cognitivistas americanos, ao falar de como as metáforas podem variar entre culturas diferentes e até mesmo no interior de uma, criando interpretações novas, nos apresenta um exemplo que parece mostrar a atuação da experiência colateral, como entendida pela semiótica peirceana, no funcionamento do pensamento metafórico, aproximando ainda mais as correntes. Os autores nos descrevem o caso de um aluno iraniano que compareceu a um seminário sobre metáforas que ministravam em Berkeley. Esse o aluno ao escutar a expressão “solução dos meus problemas” a entendeu como “uma grande quantidade de líquido, borbulhante e fumegante contendo todos os seus problemas em processo de dissolução, ou em forma de precipitação, com catalisadores dissolvendo constantemente alguns problemas (do momento) e precipitando outros” (LAKOFF; JOHNSON, 2002 [1980], p. 240). Os autores chamam essa metáfora como vista pelo iraniano de metáfora QUÍMICA e argumentam que ela dá uma nova visão dos problemas: os problemas são coisas que não se resolvem de uma vez por todas e nunca desaparecem completamente, assim o reaparecimento do problema seria algo normal. Lakoff e Johnson veem isso como um caso claro do poder da metáfora de criar uma realidade e não apenas nos fornecer uma forma de entende-la e defini-la.

Apesar de concordarmos com o pensamento dos autores, entendemos esse caso, também, como um exemplo do poder da experiência colateral em fornecer sentidos, agindo, aqui, como um atalho cognitivo, estabelecendo uma relação de semelhança. Assim, sugerimos que o aluno tenha acessado sua experiência colateral de modo a compreender o que seria um problema, transferindo assim seu conhecimento químico para outras áreas, o que permitiu a construção de uma nova metáfora que nos permite compreender a vida de uma nova forma. Esse caso nos chama atenção ao mostrar a ocorrência desse processo de transferência de predicados por tratar-se de um exemplo de como uma cultura diferente pode entender diferentemente o mesmo conceito. Porém, esse processo também pode ser visto no clássico exemplo peirceano em que uma criança pergunta ao homem que a acompanha o que é um balão e ele responde “é como uma grande bolha de sabão”. Nesse exemplo, temos que o homem utiliza da metáfora como um dispositivo a afim de acessar a experiência colateral da criança deixando compreensível a ela o que é um balão.

Por fim, segundo a teoria da metáfora conceptual, algumas conceptualizações já estão metaforicamente estruturadas em nossa mente e são acessadas quando utilizamos expressões linguísticas que as manifestam, isto é, as expressões metafóricas. Tais expressões são metáforas convencionais. As metáforas convencionais se refletem inconscientemente na nossa linguagem e estruturam o sistema conceptual ordinário de nossa cultura, sem nos darmos conta. Acreditamos que o mesmo fenômeno pode ser visto na perspectiva semiótica; para Reis (2008) a interação entre termos em metáfora transfere predicados apontando para o crescimento semiótico. Esses novos símbolos, podem se fixar permanentemente ou não, criando metáforas maduras. Ou seja, para o autor, metáforas maduras nada mais são que signos cristalizados pelo uso habitual, que tem seu significado estabelecido.

Aqui, é importante relembrar que o papel criativo da metáfora para as duas perspectivas, pois só a partir desse pressuposto podemos compreender o próximo ponto, isto é, a emergência de novas metáforas. Enquanto as metáforas convencionais (ou maduras) tem seu significado definido e conceitualizam o mundo como o conhecemos, as metáforas novas (ou criativas) atuam de modo imaginativo e inovador. São fruto da criatividade e imaginação humana, segundo Lakoff e Johnson (2002 [1980]), e podem dar novo sentido a nossa experiência, sendo “capazes de nos dar uma nova compreensão de nossa experiência. Desse modo, elas podem dar sentido novo ao nosso passado, às nossas atividades diárias, ao nosso saber e às nossas crenças” (LAKOFF; JOHNSON, 2002 [1980], p. 235). Ainda conforme a teoria cognitiva, Vereza (2007) afirma que a metáfora nova, assim como a convencional, é licenciada por metáforas conceptuais subjacentes. A autora explica que a expressão ―fulano é uma mala (já convencionalizada), mas sicrano é uma mochila de náilon (VEREZA, 2007, p. 492) pode ser criada – através de desdobramentos, novos mapeamentos ou correspondências – devido à existência das metáforas A VIDA É UMA VIAGEM e DIFICULDADE É PESO. Já para os teóricos semióticos, as metáforas criativas são hipoícones cujos significados, eventualmente vagos e mal estabelecidos, fazem paralelos esclarecedores, (REIS, 2006), um recurso que nos dá condições de expressar e conhecer algo novo e ainda sem definição. Reis (2006) aponta as artes e a poesia como fontes primárias das metáforas criativas, porém o autor também nos mostra como Peirce não tratava metáforas como adereço linguístico apenas, mas como um passo no processo de amadurecimento da linguagem científica; um recurso conceitual que possibilita, mesmo que provisoriamente, possíveis modos de expressão na abordagem de seus objetos de investigação, como vemos nos trechos a seguir.

“Every symbol is, in its origin, either an image of the idea signified, or a reminiscence of some individual occurrence, person or thing, connected with its meaning, or is a metaphor.

Science is continually gaining new conceptions; and every new scientific conception should receive a new word, or better, a new family of cognate words.” (PEIRCE, 1931-1958, v. 2, p. 222 apud REIS, 2006),

Por fim, temos a crença de haver dois pontos em que as teorias, mais do que convergirem e concordarem se complementam. O primeiro seria o tratamento metodológico dado aos estudos metafóricos pela TMC, e o segundo a abrangência do conceito de metáfora presente nos trabalhos peirceanos.

Como já dito aqui, foi pouco trabalhado por Peirce o conceito de metáfora e mesmo para seus seguidores é rara a preocupação com uma metodologia para seu estudo. Já ao olharmos para a Teoria da Metáfora Conceitual, notamos uma preocupação desde seu início em produzir estudos que apresentassem não apenas um debate teórico, mas também um debate metodológico e empírico sobre a modo de ação e os efeitos de diferentes metáforas. Por outro lado, um olhar semioticista percebe na TMC um ponto de melhoria quanto à materialidade de seu objeto. Apesar da metáfora ser tida como estrutura mental independente de linguagem, mas que pode ser expressa pela linguagem (LAKOFF, 2008, p. 82), os estudos oriundos da TMC, quase em sua totalidade, se voltam para a linguagem verbal, escrita ou oral. Oras, se a metáfora é uma estrutura mental, ela também pode ser expressa outros tipos signos de signos, como cores, imagens etc. Como nos mostra Merrel (2012, p. 142) ao falar dos significados metafóricos associados à bandeira estadunidense, em que a cor vermelha representa o sangue derramado pelo para a criação da nação, o branca para a pureza de seus ideais e a cor azul para lealdade. Acreditamos, aqui, que tais métodos possam ser melhor explorados em pesquisadas futuras e utilizados promovendo, assim, novas pesquisas no campo nos campos..

Acreditamos, aqui, que a emergência de metáforas novas se dá na interação social, a partir da criação e manipulação de sentidos, assim buscaremos entender melhor como esses processos se dão na interação nas redes sociais. Para isso iremos nos apoiar, primariamente, nos conceitos do Interacionismo Simbólico como proposto por Herbet Blumer e, também, buscaremos no Pragmatismov – uma de suas bases – os instrumentos teóricos para uma conceituação da interação on-line.

**Capitulo 3. O Interacionismo simbólico no estudo de redes sociais**

Retomando nosso objetivo inicial de responder a pergunta “como o uso de metáforas contribui para a interação simbólica redes sociais online?” e já tendo esclarecido nosso entendimento de metáfora e seu papel como signo e como forma de pensar, faz-se necessário estabelecer um debate sobre o modo como as redes sociais online configuram-se como locais de criação, interpretação e circulação de signos e sentidos, ou seja, um lugar de interação simbólica.

Desse modo, neste capítulo procuramos ponderar sobre a interação nas redes sociais na atualidade revisitando as premissas básicas do Interacionismo Simbólico,como propostos pelo pensador americano Herbert Blumer. A esse pilar teórico buscamos somar alguns conceitos do Pragmatismo de origem peirceana, pois acreditamos que este constitui uma das bases do primeiro, além de fornecer pistas importantes para um melhor entendimento das relações de significação no ambiente virtual.

**3.1. De Peirce a Blumer: um percurso**

O pragmatismo teve sua origem na segunda metade do século XIX com um grupo de pesquisa informal formado por Charles S. Peirce, Willian James Oliver Wendell Holmes Jr., Joseph Warner, Nicholas St. John Green, Chauncey Wright, John Fiske e Francis Ellingwood Abbot. Esse grupo se intitulava “O Clube Metafisico”, segundo De Waal (2007), esse nome era utilizado de forma “meio desafiadora, meio ironicamente”, pois nessa época “a metafísica era considerada fora de moda”.

Após alguns meses, o grupo se dissolveu sem deixar nenhum registro oficial. Porém, Peirce, temendo que as ideias ali discutidas fossem esquecidas, escreve dois ensaios, “A fixação das crenças” e “Como tornar as nossas ideias claras”, que apesar de não incluírem o nome “pragmatismo”, apresentam sua primeira versão (HAUSMAN apud SANTAELLA, 2010). Em “Como tornar nossas ideias claras”, Peirce apresenta o que seria considerada a máxima pragmática:

“Considere quais efeitos, que possivelmente podem ter aspectos práticos, imaginamos existir no objeto de nossa concepção. Então, nossa concepção desses efeitos é o conjunto da nossa concepção do objeto.” (W3 266 apud SANTAELLA, 2010)

Para Pozzoli (2016) este trecho é um marco na história do Pragmatismo e a partir dele que irá se desenvolver o pensamento pragmático. Contudo, a autora nos lembra, Willian James foi o responsável por popularizar e pela projeção internacional do movimento, dando à teoria um novo direcionamento. Assim, temos uma primeira divisão no Pragmatismo, resumida por De Wall da seguinte maneira:

“Em sua interpretação mais estreita, sustentada de maneira proeminente por Peirce, o pragmatismo é somente um critério de significação, que estipula ser o significado de qualquer conceito nada mais do que a soma de suas consequências práticas concebíveis. Desse ponto de vista, conceitos que não tenham consequências práticas concebíveis não têm significado e, se as consequências práticas concebíveis de dois conceitos são idênticas, amos os conceitos são sinônimos. Em sua interpretação mais ampla, que começou com James, o pragmatismo não é somente uma teoria da significação, mas também e de maneira mais proeminente, uma teoria da verdade. Como os manuais de filosofia gostam de dizer, para o pragmatista uma coisa é verdadeira quando é vantajoso acreditar nela.” (DE WALL, 2007, p.18)

Aqui, nos apoiaremos, principalmente, na vertente peirceana do pragmatismo, pois a consideramos mais adequada ao nosso intuito de entender os processos de significação nas redes social. Ressaltamos, ainda, que não buscaremos esgotar a discussão a respeito desse pragmatismo, mas sim, trabalharemos pontos de contato entre o pensamento peirceano e o de Blumer de modo a ancorar nossas reflexões, abrindo caminho para futuras investigações acerca do tema.

Segundo De Wall (2007), o pragmatismo foi criado como um método de determinar o significado das palavras, especialmente quando empregadas nas ciências e filosofia, ou seja, é mais um método de fazer filosofia que uma teoria filosófica, seu objetivo é determinar o sentido de um conceito abstrato a partir dos efeitos práticos que derivam de tal conceito, pois tais efeitos são o significado desse conceito. Note-se que, para Peirce, palavras e conceitos são símbolos - um tipo de signo geral que pode se fundamentar tanto em convenções sociais quanto em hábitos que emergem no processo de interação entre membros de uma comunidade.

Símbolos surgem, portanto, num processo de interação social que ocorre na experiência compartilhada, e que envolve estágios cognitivos que vão desde a percepção de informação relevante (ou o que Gregory Bateson [1972] chama de “uma diferenças que faz diferença”), até a capacidade de representar e comunicar essas informações coletadas por meio da comunicação social, quando os símbolos se tornam os veículos de compartilhamento de crenças e guias para as condutas que naturalmente decorrem da aceitação social dessas crenças. Se a percepção da dúvida confronta nossas crenças estabelecidas e turva nossas mentes, caberá à interação simbólica entre os membros da comunidade a produção de uma nova crença interpretativa que reconduza a mente coletiva a um novo estado de crença, recuperando a clareza perdida quando a dúvida surgiu.  Esse processo evolutivo, que permite aos símbolos crescerem e se desenvolverem por meio da interação social, só é possível porque símbolos incluem necessariamente dois outros tipos de signos: ícones e índices. No interior dos símbolos, os ícones são responsáveis pela compreensão da realidade, e são chamados “metáforas” – e operam por similaridade. Por sua vez, os índices são responsáveis pela extensão da realidade, e são chamados “sintomas” – e operam por contiguidade. É por isso que um emoji, por exemplo, pode comunicar, metaforicamente, o estado emocional de um usuário das redes sociais, desde que ele seja publicado no espaço cibernético onde se localiza o perfil desse usuário, criando uma relação de contiguidade indicial, ou sintomática.

De fato, sendo o objetivo da máxima pragmática o alcance do maior grau de clareza possível das ideias, uma ideia clara pressupõe a mudança de um estado de dúvida para um estado de crença, Segundo Peirce:

“A dúvida é um estado desagradável e incômodo, de que lutamos por libertar-nos e passar ao estado de crença; este é um estado de tranquilidade e satisfação que não desejamos evitar ou transformar na crença em algo diverso. Pelo contrário, apegamo-nos tenazmente não apenas a crer, mas a crer no que cremos.” (PEIRCE, 1975, p. 77)

Para o Peirce, a crença e a dúvida são estados mentais que se relacionam; a crença é o estado mental que determina uma regra de ação e se fixa no hábito. Já a dúvida é o estado que de alguma forma nos move à inquirição, isto é, nos move em direção a uma nova crença. Conforme o autor, tanto a dúvida quanto a crença levam ação: a primeira porque, ao criar um desconforto, nos mobiliza a fim de estabelecer uma nova crença e ser superada; e a segunda, porque é parte indispensável da conduta humana, sem ela não saberíamos como nos comportar nas várias situações (cf. CP 5.373). O objetivo maior da inquirição é a aquisição de uma crença e o abandono da dúvida, de modo que seja adquirido um hábito que molde a nossa conduta e a partir do qual possamos agir em situações futuras, assim, o hábito é caracterizado como a fixação da crença. Para Peirce(CP 5.370-71.), a crença é o que guia nossos objetivos e molda como agimos, sua essência é o estabelecimento de um hábito e diferem modos de ação a que dão origem(CP 5.398).

A crença alcançada não é necessariamente verdadeira, bastando que nos satisfaça, ou nas palavras de De Wall (2017, p 32) o propósito da inquirição é “alcançar a crença ou estabelecimento da opinião de alguém”. Ainda, para De Wall:

“Se o único propósito da inquirição é estabelecer a crença, e se a crença é um hábito ou uma disposição a agir, então a significação de uma palavra, sentença ou sinal rodoviário deve naturalmente ser entendida em termos de hábitos ligados a eles; quer dizer em termos de como eles nos levam a agir.” (DE WALL, 2007, P 39)

Por essa ótica, podemos entender o método pragmático como um critério para determinar o significado de um conceito, a partir da fixação da crença pelo hábito. O significado de algo é, assim, produto da relação conceito e hábito. Ou ainda, nas palavras de Peirce “o que uma coisa significa é simplesmente quais hábitos envolvem” (EP 1.131 apud DE WALL, 2007).

Apesar de Blumer não apreciar completamente a importância do pragmatismo de Peirce e este não ser reconhecido diretamente na história do Interacionismo Simbólico (BAKER, 2005, p. 76), acreditamos que os conceitos de dúvida, crença e hábito, conforme expostos acima, se relacionam com as premissas do Interacionismo Simbólico, desse modo, a próxima seção é voltada à essa corrente teórica e a sua relação como o pragmatismo peirceano e em seguida apresentaremos nossa discussão sobre as possibilidades de uso da teoria no estudo das rede sociais online.

**3.2. O Interacionismo Simbólico: alguns conceitos**

O termo “Interacionismo Simbólico” foi criado por Herbert Blumer, em meados da década de 1937, a fim de nomear uma nova perspectiva de estudo da sociedade que fosse baseada em um modelo de comunicação interacional. Essa perspectiva, inicialmente, elaborada por George H. Mead teve em Blumer a figura responsável por sua continuidade e divulgação. Tanto Mead, quanto Blumer fazem parte de uma tradição sociológica conhecida como Escola de Chicago, que se desenvolveu entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX.

Segundo, França e Simões (2014, p. 138), nesse período, Chicago passava por um momento de grande crescimento urbano e populacional, atraindo imigrantes estrangeiros e migrantes de outras regiões dos EUA e, portanto, se firmando como uma das maiores cidades do país. Esse crescimento, não impulsionou apenas o desenvolvimento industrial da cidade, mas, também, incentivou a vida artística, cultural e intelectual. Nesse cenário, marcado pela diversidade de grupos e estrangeiros, nasce a Escola de Chicago, que se configura como uma sociologia urbana que busca pensar sobre os grupos da cidade e nas relações que ali se configuram. Para Bueno (2015), essa Escola além de ser pioneira no olhar para a comunicação interpessoal, ao considerar o indivíduo como sujeito ativo no processo comunicacional, foi “precursora na defesa do papel crucial das novas tecnologias como motor de mudança na forma de nos organizarmos” (idem, p.58).

Para as autoras, o pragmatismo aparece como um grande alicerce teórico para a Escola, pois que suas contribuições são, então, deslocadas da filosofia para as ciências sociais, principalmente, por John Dewey e George H. Mead. Desse modo, a noção de experiência é tida como central e entendida como o resultado da interação entre os indivíduos e o ambiente que o cerca.

Este é lugar importante de convergência para do Interacionismo Simbólico com o Pragmatismo, pois os indivíduos se constituem pela ação. Sendo a linguagem parte constituinte do mundo social devido sua ação socializadora e no reconhecimento dos universos sociais nos quais os indivíduos e seus agrupamentos são formados. E que a relação dos sujeitos com os objetos deve ser percebida no processo de interação, já que esses objetos pressupõem práticas sociais significativas. E, ainda, que a produção de um universo social carregado de sentido, constitui-se por um processo de construção de “objetos” que possam ser reconhecidos pelo grupo por meio da interação social. Temos que a capacidade de produção de objetos dotados de sentido depende da capacidade de produção e de interpretação desses significados; da capacidade do indivíduo de estabelecer os limites dessas coisas, ou seja, definir os significados dos conceitos de forma clara.

“O interacionismo simbólico defende a hipótese de que os 'universos' acessíveis aos seres humanos e seus grupos compõem-se de 'objetos', e que estes são o produto da interação simbólica. Entende-se por objeto tudo que for passível de ser indicado, evidenciado ou referido – uma nuvem, um livro, uma legislatura, um banqueiro, uma doutrina religiosa, um fantasma etc. Para nossa maior conveniência, podemos classificar os objetos em três categorias: (a) objetos físicos, como cadeiras, árvores ou bicicletas; (b) objetos sociais, como estudantes, padres, o presidente, a mãe ou um amigo e (c) objetos abstratos, como princípios morais, doutrinas filosóficas ou conceitos tais como justiça, exploração ou compaixão.” (BLUMER In: MORTESENSEN, 1980 p. 127)

Também, é central para essa tradição, a noção de comunicação, pois os agrupamentos humanos existem em ação e a interação determina essas ações, ou seja, o modo de ação de um indivíduo causa reações em seu interlocutor, que por sua vez, embasam o comportamento do primeiro.

“O processo comunicativo é visto como uma interação ou troca simbólica, realizada através da linguagem, por ações e reciprocamente referenciadas de sujeitos que têm consciência dos sujeitos e da sociedade que edificam.” (FRANÇA e SIMÕES, 2014, p. 143)

Blumer busca em Mead o conceito de interação social, no qual identifica duas formas de interação social: a não-simbólica e a simbólica. “A interação não-simbólica ocorre quando se reage diretamente a ação de outra pessoa sem interpretá-la; a interação simbólica refere-se à interpretação do ato” (BLUMER, 1980, p. 125). A interação simbólica é a interação em que um processo social é percebido e redefinido, não pela ação direta do indivíduo, e sim pela interpretação a partir dos significados atribuídos a esse processo. Tais significados são construídos na interação social a partir da comunicação e, assim, são um elemento-chave para entender os processos de interação. Ou seja, o paradigma interacionista consiste no entendimento do homem como um ser ativo, que se orienta partir das interpretações que ele afiança a si mesmos e aos objetos que o cercam por meio da experiência social vivida, dessa maneira, para Littlejohn (1988, p. 68) é básica no pensamento de Mead a noção de que o homem é um ator, não um reator.

Assim, a comunicação é vista como instrumento de criação da realidade através de um processo dinâmico e interativo, logo, não se pode estudar ou entender as associações humanas fora do contexto comunicativo. Blumer aponta três premissas básicas do Interacionismo Simbólico:

“A primeira estabelece que os seres humanos agem em relação ao mundo fundamentando-se nos significados que este lhes oferece. […] A segunda premissa consiste no fato de que os significados de tais elementos serem provenientes da ou provocados pela interação social que mantem com as demais pessoas. A terceira premissa reza que tais significados são manipulados por um processo interpretativo (e por este modificados) utilizados pela pessoa ao se relacionar com os elementos com que entra em contato.” (BLUMER, 1980, p. 119)

Ou seja, o indivíduo age diante de situações e de outras pessoas de diferentes formas devido ao significado dado a essas coisas e pessoas; esse significado é construído a partir das interações sociais e pode se manter ou ser alterado mediante um processo interpretativo próprio ao indivíduo. É importante ressaltar que esse processo de interpretação pelo qual os significados são formados e manipulados é contínuo, circular e dinâmico.

Bueno (2015, p.61) nos lembra que, para Mead, quando uma ideia é partilhada entre indivíduos e isso promove uma mudança no modo de agir e reagir tem-se, então, um “símbolo significante”. Assim, continua a autora, a base do significado só pode ser encontrada na conduta social, que se constitui por símbolos significantes. Portanto, a interação simbólica se caracteriza como a interação em que um processo social é percebido e redefinido, não por uma ação direta do outro, mas substancialmente por meio da interpretação dessas ações a partir do significado que lhes foram dados. “O interacionismo simbólico considera os significados produtos sociais. Criações elaboradas em e através de atividades humanas determinantes em seu processo interativo” (BLUMER, 1980, p. 121).

Em síntese, para o Interacionismo Simbólico, os significados não são próprios dos objetos e nem resultam de elementos psicológicos do indivíduo, mas emergem a partir do processo de interação social e as ações operam a fim de definir os objetos. Em vista disse, o Interacionismo Simbólico vê o significado como um produto social, criado na e por meio da linguagem e da comunicação. Dessa maneira, entendemos que o Pragmatismo, principalmente ao considerarmos os conceitos de crença hábito e dúvida, se relaciona ao Interacionismo Simbólico, especialmente no que toca as suas premissas básicas, de modo a sustentar nossa intenção de compreender como se dão os processos de significação nas redes sociais.

Antes de iniciar a discussão a respeito de como se dá a interação no ambiente virtual, achamos necessário chamar a atenção para o pensamento da Escola de Palo Alto e, mais especificamente, para os conceitos de comunicação; dupla afetação e sistemas. Os dois primeiros podem ser considerados como uma “herança da Escola de Chicago… apesar de não ser citada” pelos pensadores de Palo Alto (LANA, 2008) e o último proveniente das ciências duras. A chamada Escola de Palo Alto, ou colégio invisível, é formada por pesquisadores de origem antropológica e psquiátrica. França e Simões (2014) apontam como figura central desse grupo o antropólogo Gregory Bateson. Para Lana (2008) seu intuito é articular o individual e o social, e a comunicação é vista como prática definidora de aspectos físicos, intrapessoais, interpessoais e culturais dos acontecimentos. A comunicação é vista como um processo de interação na qual significados são produzidos e compartilhados (FRANÇA e SIMÕES, 2014). Ou seja, a comunicação é fundamentalmente interacional e os significados são determinados a partir das relações estabelecidas entre os interlocutores.

Partindo dessa noção interativa dos processos comunicativos, enquanto na Escola de Chicago, para Mead, os significados são formados no movimento de reação e de ajuste dos gestos dos interlocutores, formando assim uma cadeia de gestos significantes. E essa significação é dada pela consciência dessa reflexividade entre gestos e estímulos, o encadeamento de gestos significantes, em que não há adição psíquica em sua definição. Para Bateson, em Palo Alto, o processo comunicativo é definido por um processo contínuo e dinâmico de registro e emissão de sinais, portanto, toda operação de comunicação comporta um aprendizado permanente de acordos e de negociações. Segundo Lana (2008), a reflexividade de Mead, vista na capacidade dos interlocutores de se projetarem diante do outro, ecoa na formulação do processo comunicativo na obra de Bateson, que se fundamenta na leitura de um processo ativo de ajuste de ações e gestos entre os interlocutores.

A Teoria dos Sistemas e da Cibernética foi desenvolvida, na segunda metade do século XX, devido à necessidade de se compreender sistemas como um todo, não apenas pelo estudo de suas partes, independentemente de sua natureza, assim, buscou-se criar princípios que atendessem essa demanda. Para Centeno (2009), a teoria de Bateson sobre a interação entre os indivíduos e destes com o ambiente foi desenvolvida a esta luz, fazendo com que a organização dos diferentes componentes de um sistema social fosse entendida como regulada por leis que resultam de premissas baseadas em experiências anteriores e da influência que o ambiente exerce sobre o sistema.

Resumidamente, um sistema pode ser definido como um conjunto de elementos e suas relações formando um todo organizado. Assim, um sistema não é somente a soma dos elementos, tendo características próprias, diferentes das dos elementos isolados. Os elementos são interdependentes, o que faz com que uma alteração em um provoque uma alteração nos demais. O funcionamento de um sistema é garantido por um fluxo de energia ou de informação entre os elementos e por uma estrutura que os limita e separa do ambiente. A teoria faz a distinção entre dois tipos de sistemas: abertos e fechados. Estes não admitem um fluxo de energia ou informação como o ambiente, não permitindo a alteração de seus elementos. Já o sistema aberto é marcado pelo oposto, isto é, há a possibilidade de trocas de energias e/ou informação com o ambiente, como é possível a alteração de seus elementos.

Bateson entende a comunicação como um sistema apresentando, assim, as principais propriedades dos sistemas abertos. A **globalidade** ou **totalidade**, esta propriedade se relaciona com o modo que uma alteração em um elemento afetará os demais elementos e no sistema todo. A **retroalimentação** ou **retroação** (ou ainda, *feedback*), relacionada a dinâmica interacional e a circularidade do sistema. A **equifinidade**, que determina o estado constante dos sistemas abertos, isto é, ele se mantém na sua composição, independentemente dos processos de troca.

**3.3 A Interação simbólica on-line**

Com a emergência da Internet e sua popularização, constituiu-se o ciberespaço, entendido aqui segundo Lévy (1999), como o “espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores”. Desse modo, temos uma nova forma de comunicação complexa e descentralizada, em que “quase todo mundo pode publicar um texto sem passar por uma editora nem pela redação de um jornal” (LÉVY, 1998), onde se permite a busca da informação desejada sem depender das mídias tradicionais, como a TV, o jornal e o rádio. Assim, já é possível afirmar que a Internet e o ciberespaço constituem locais importantes de construção e circulação de sentidos.

O ciberespaço tem sido um lugar em que surgem novas formas de sociabilidade e de interação entre os indivíduos da sociedade, criando laços entre as pessoas e, consequentemente, uma comunidade, agora virtual e organizada em forma de redes sociais virtuais. Para Castells (2003, p. 48), essas redes se caracterizam por sua formação autônoma, onde qualquer indivíduo pode encontrar sua destinação e por permitir uma comunicação livre, horizontal que “sintetiza a prática da livre expressão global, em uma era de conglomerados de mídias e burocracias governamentais censoras”.

Segundo o autor, a Internet se tornou essencial para a comunicação e organização das sociedades contemporâneas, sendo óbvio que o processo político e os movimentos sociais a utilizem (idem). Atualmente, tanto para políticos, quanto para os movimentos sociais e/ou pessoas comuns, as redes sociais são um canal de comunicação, direto, horizontal, com certa liberdade e acessível economicamente, promovendo, desse modo, que cada indivíduo se expresse. Além disso, as redes sociais permitem uma intensificação de interconexões entre os atores na sociedade, o que pode contribuir para sua melhoria, pois como ressalta Lévy (1998, p. 41) “quanto mais um regime político, uma cultura, uma forma econômica ou um estilo de organização tem afinidades com a intensificação das interconexões, melhor ele sobreviverá e resplandecerá no ambiente contemporâneo”. Para Braga (2006) o processo de interação social que ocorre no interior dos ambientes proporcionados pela internet é recente. No entanto, parte das estratégias individuais e grupais não herdadas, são adquiridas por apropriação e adaptação a regras já estabelecidas no mundo real. De acordo com o o autor, essas estratégias são aplicadas caso a caso, que se consolidará na sedimentação de uma cultura da atividade online.

3.3.1 Redes sociais online

Apesar de serem comumente tidas sinônimos redes sociais e sites de redes sociais não o são. O que chamamos de rede social não é um fenômeno recente, de uma era digital, criado por sites de relacionamento, sua existência precede a internet ou a mediação eletrônica. Redes sociais são formadas por pessoas em uma comunidade, com algum tipo de relação ou interesse mútuo, são criadas por atores sociais para e por suas práticas sociais, ou seja, são formadas a partir de dois elementos: atores sociais e suas conexões. Em que os atores sociais são as pessoas envolvidas e presentes nas redes sociais e as conexões “são constituídas dos laços sociais, que, por sua vez, são formados através da interação social entre os atores” (RECUERO, 2009, p. 30).

Para Recuero:

Uma rede, assim, é uma metáfora para observar os padrões de um grupo social, a partir das conexões estabelecidas entre os diversos atores. A abordagem de rede tem, assim, seu foco na estrutura social, onde não é possível isolar os atores sociais e nem suas conexões. (RECUERO, 2009, p. 24).

 Já redes sociais online ou sites de redes sociais são plataformas digitais utilizadas para a conexão e interação dos atores sociais, porém, os atores que se relacionam nas redes digitais não necessariamente se relacionam em meios não-virtuais – e vice-versa. Segundo Recuero (2009), os atores podem ser representados por perfis nos sites de redes sociais, e um ator não é, essencialmente, uma única pessoa; nem uma pessoa é, essencialmente, um único ator, podendo um ator ser representado por um perfil em uma rede social, mas ser gerenciado por diversos atores e pessoas. De maneira inversa, uma pessoa mais de um ator, ao utilizar diversos perfis no mesmo site ou em diversos sites. E ainda, no caso do Facebook, pode ter um ou mais perfis pessoais, um ou mais perfis *fake*17, uma ou mais *fanpages.*

Assim os atores sociais nos sites de redes sociais formam um grupo heterogêneo que, a partir das possibilidades disponibilizadas pelas plataformas, se organizam de forma mais ou menos homogênea, por afinidades, proximidade geográfica, interesses comuns etc... Ou seja, segmentam-se, porém ao fazer de diferentes segmentos se encontram em locais diversos e expostos uma múltiplas interações.

Polivanov (2014a, p.33) aponta que

os sites de redes têm crescido exponencialmente, não só em termos quantitativos (cada vez mais usuários e mais sites com públicos-alvo e finalidades diversos), mas também em termos, por assim dizer, qualitativos, no sentido de que eles têm incorporado novas e variadas funções, como jogos online, quizzes, ferramentas para mostrar aprovação ou não de certo conteúdo (o famoso botão “curtir” do *Facebook*, apropriado posteriormente pelo LinkedIn, por exemplo), entre tantas outras. Seja para criar e/ou manter contatos profissionais, seja para compartilhar fotos com os amigos ou para divulgar um evento, entre inúmeras outras funções que os SRSs possuem, fato é que eles se tornaram um dos grandes centros das atenções da alta modernidade, seja no âmbito acadêmico, mercadológico, político ou social.

Dessa forma, é importante destacar, temos que as redes sociais online conseguiram agregar um número significativo de pessoas em um ambiente de lógicas e dinâmicas próprias e, que essas redes configuram um terreno disputado, pois é um espaço privilegiado, como afirma Castells (2003, p. 114), “para atuar, informar, recrutar organizar, dominar e contra dominar”. Além disso, ressaltamos que apesar da aparente liberdade de expressão e conteúdos nas redes sociais, o acesso a esse conteúdo é, muitas vezes, filtrado e limitado. Essa limitação pode ocorrer devido a diversos fatores que vão desde questões socioeconômicas a questões técnicas como limitação da banda de Internet ou ainda a filtros algorítmicos presentes nas redes sociais que mediam e organizam os conteúdos. Entretanto, as redes sociais ainda nos parecem um ambiente que permite aos usuários produzirem com certo nível de liberdade criativa, em que os indivíduos se apropriam e circulam de conteúdo, reforçando e manipulando seus significados.

Movimentos de ordem político-social, como a Primavera Árabe e o Occupy Wall Street, utilizaram, principalmente, as redes sociais para organizar e elaborar formas de engajamento popular. E da mesma forma, as manifestações populares ocorridas em junho de 2013, no Brasil, se fortaleceram e conseguiram aglutinar multidões em torno de sua causa. Após essas manifestações, governos municipais, estaduais e federal se viram obrigados a responder, de alguma forma, às exigências dos manifestantes. Exigências essas, discutidas e materializadas no ciberespaço, mostrando como as redes sociais podem ser um espaço de discussão e mobilização política devido à sua facilidade de uso e sua agilidade na troca de informações. Santaella (2016, p.72) afirma que as redes sociais, “mais do que favorecer a circulação, abrem espaço para a formação de ambientes de convivência instantânea entre as pessoas, instaurando uma cultura colaborativa, em que todos participam, e que evolui conforme a necessidade e exigência de seus membros”.

 Desse modo, entendemos o Interacionismo Simbólico como um conjunto teórico adequado para o estudo das relações na internet, posto que essa teoria parte do pressuposto que uma comunidade é formada por indivíduos que agem conforme os significados construídos na interação social e dados aos atos, fatos e coisas. Se em seu início – em um contexto urbano que permitiu o contato de diferentes culturas e modos de ver o mundo, como dito anteriormente – os interacionistas voltaram suas pesquisas essencialmente para as interpelações face a face, agora, em um momento em que as possibilidades de contato se potencializam devido surgimento da cibercultura, é possível dizer que o Interacionismo Simbólico obtém um novo ponto de interesse e uma nova força. Se antes a cidade e as interações que possibilitava era o ponto de partida para a pesquisa, agora a Internet e as tecnologias digitais se firmam como tal. Ressaltamos, aqui, nossa crença que uma renovação da perspectiva interacionista se faz necessária, pois temas centrais do debate contemporâneo; autores e teorias atuais que estudam o ciberespaço acabam muitas vezes abordando discussões sobre os processos interativos. Temos um exemplo em Lèvy (1995), que, falar sobre a interação por meio de canais digitais, afirma: “Longe de se adequarem apenas a um uso instrumental e calculável, são importantes fontes de imaginação, entidades que participam plenamente da instituição de mundos percebidos (1995, p. 16).

Em nosso entendimento, reforça-se, cada vez mais, a ideia de ciberespaço como um espaço não somente de circulação de sentidos, mas, também, de produção destes devido seu potencial interativo e criativo, o que o constitui “uma Terra semiótica sem império possível, aberta a todos os ventos do sentido, geografia movediça, próxima dos paradoxos, que envolve e doravante governa os territórios neolíticos” (LEVY, 1998). ssim, temos que a produção e circulação de conteúdo, aliadas às particularidades técnicas disponibilizadas, no e pelo ambiente, podem oferecer condições para a emergência de certos comportamentos sociais entre os indivíduos. Ao mesmo tempo em que estes indivíduos se utilizam dessas condições para a formatação de novos cenários de interação, em que são negociados novos significados. Tais suposições vão ao encontro dos princípios interacionistas em que os sujeitos agem de acordo com os significados atribuídos às coisas e estes podem ser modificados e alterados na interação social.

Propomos, então, que os objetos – discursos, imagens, etc. – circulados entre os usuários de redes sociais podem ser interpretados como produtos sociais formados e transformados através de um processo de (res) significação constante, ocorrido a partir das interações sociais online. Sugerimos que isto ocorreria também no ambiente de compartilhamento de conteúdo do Facebook e em sua ferramenta de comentários, pois, como diz Blumer (1969) a respeito da natureza da ação humana, o indivíduo se confronta com um ambiente no qual deve interpretar a fim de agir e programar linhas de ação a partir de suas interpretações.

3.3.1.1 A interação no *Facebook*

O *Facebook* é um site de redes social que permite a interação entre atores sociais, que se dá por meio da criação, construção e atualização de perfis, atualização de atividades e publicação de mensagens (textuais e audiovisuais). Segundo Polivanov (2014a, p. 15), o Facebook é um website gratuito, que tem sua receita é proveniente de publicidade, que tem como finalidades principal permitir e promover a comunicação virtual entre pessoas que pessoas se comuniquem virtualmente através de mensagens públicas ou privadas e que publiquem imagens, textos e vídeos de seu interesse.

O site oferece ao usuário dois tipos de perfis para gerenciar: perfis pessoais e páginas, cada qual com operacionalidades diferentes. No primeiro caso, o temos os perfis que representam pessoas físicas. Nestes, os atores sociais, costumeiramente, mantêm suas redes sociais pessoais, relacionam-se com outras pessoas, através de *chats*, interações, participação em grupos e eventos, entre outras possibilidades. No segundo caso, temos páginas que operam como páginas que representam pessoas publicadas, organizações, comunidades, empresas etc. Apesar de apresentarem estruturas semelhantes, sobretudo no sentido de estrutura das *timelines* (ou linha do tempo), perfis e páginas têm funcionalidades diferentes.

No Facebook, a timeline é o “arquivo” com as atualizações dos perfis e páginas. Atualização são as atividades visíveis de inserção de novas publicações, podendo ser textos, imagens, vídeos, compartilhamento de publicações de outros, etc... Essas atualizações podem ou não gerar interações (aprovação e desaprovação através de indicadores de emoção oferecidos pelo *Facebook* a partir de 2016 e compartilhamentos) e comentários nas publicações. Considerando os atores sociais também como produtores é que entendemos que as atividades de indivíduos no Facebook incluem, não apenas a recepção, mas também, a produção organizada de conteúdo; sendo estes criados seguindo objetivos específicos e direcionados para determinados públicos, em busca de obter um maior alcance ou resposta. Resposta essa que, no Facebook, se configura na forma de comentários, compartilhamentos e “curtidas”.

Portanto, vemos um processo de negociação social, onde em troca do conteúdo o indivíduo busca uma reação, que é estimulado e complexificado por meio dos recursos disponibilizados no site (comentários, “curtidas” etc.). Tais recursos além de atuarem como mediadores da interação, também são apropriados e imbuídos de significados pelos usuários em um processo interpretativo constante, sendo assim necessários para o próprio site.

Além da timeline, também está presente no Facebook o Feed de noticias que, Segundo Pilz (2018), é o agregado de publicações disponíveis para visualização das conexões de um ator social. Enquanto a timeline corresponde ao que pode ser visualizado de apenas um usuário, o feed é o que um usuário pode ver sobre todas as suas conexões. O feed sendo dinâmico, muda para cada usuário de acordo com suas conexões e atividades na rede social, isso ocorre a partir de algoritmos baseados nas preferências indicadas pelos usuários do site e de suas ações como curtidas, comentários e compartilhamentos selecionam o que será exibido para cada usuário.

Saad Correa e Bertochi (2012) alertam que o “algoritmo é utilizado especialmente para ordenar elementos (dados sobre outros usuários) por critério de importância (definida pelo programador da empresa)”. Desse modo, os atores sociais tendem a receber conteúdos com os quais estão mais familiarizados ou que o software percebe como de seu interesse. Esse “filtro bolha’, como denomina Pariser (2012) provoca uma doutrinação com "as nossas próprias ideias, amplificando nosso desejo por coisas conhecidas e nos deixando alheios aos perigos ocultos no obscuro território do desconhecido" (PARISER, 2012, p. 19), tendo entre suas consequências a retroalimentação de conteúdos, que oferece uma espécie de mais do mesmo, e a disparidade nos resultados de busca em softwares para os mesmos termos. O pesquisador aponta, ainda, para outros problemas vindos da cessão de informações dos usuários de sites de redes sociais, buscadores e demais aplicações, como a vigilância e a publicidade especificamente orientada.

Contudo, Recuero (2014, p. 17) reconhece que as características dos sites de redes sociais, como o Facebook, possibilitam uma interação mais pública e mais coletiva. Tornando, assim, as redes sociais mais visíveis, ampliando-as, possibilitando novas formas de conexão e de circulação de informação (RECUERO; ZAGO, 2009). Assim, acreditamos, que mesmo com a mediação realizada pelos algorítmicos, os sentidos não são dados, apenas, pelos discursos presentes e publicados por cada usuário, mas podem ser incorporados e transformados pelo modo como as respostas às ações dos outros usuários afetados se dão. Ou seja, esses conteúdos circulados são produtos sociais (re)construídos através de um processo de interação social, condicionado e formado pelas características e possibilidades técnicas próprias do ambiente. Nesse sentido, nos perfis de cada usuário do Facebook, os significados são construídos a partir da interpretação de cada participante, porém de forma coletiva. Consideramos, assim, que em cada publicação, pode se formar microssistemas de significação, em que cada comentário atua na formação de um significado único. Esse significado único, para nós, pode ser ancorado por meio de uma metáfora.

Dessa maneira, pretendemos em nosso próximo capítulo, após apresentar nosso caso, iremos propor um esforço analítico afim de mostrar como as metáforas são utilizadas na criação e reformulação de sentidos atribuídos um acontecimento a partir de sua discussão em publicações e comentários em páginas dos envolvidos.

 **Bibliografia**

ABRÃO, Jorge A. M.; ROMANINI, A. V. Cuspe: a metáfora que vem de dentro e o processo de significação nas redes sociais. In: XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - Intercom, 2016, São Paulo. **Anais do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. São Paulo: Intercom, 2016. v. XXXIX.

ANDERSON, Douglas. Peirce on metaphor. **Transactions of the Charles S. Peirce Society**, v. 20, n. 4, p. 453-468, 1984

BAKER JI. The self as an internal dialogue: Mead, Blumer, Peirce, and Wiley.**The American Sociologist**. 2005 Mar 1;36(1):75-84.

Bateson G. **Steps to an ecology of mind**: Collected essays in anthropology, psychiatry, evolution, and epistemology. University of Chicago Press; 1972.

BERGMAN M. CS Peirce on interpretation and collateral experience. **Signs-International Journal of Semiotics**. 2010 Oct 15;4:134-61.

BLUMER, H. A natureza do Interacionismo Simbólico. In: MORTENSEN, David. **Teoria da Comunicação: textos básicos**. São Paulo: Mosaico, 1980

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. **Symbolic interactionism**: Perspective and method. University of California Press, 1986.

Braga, A. (2006). Usos e consumos de meios digitais entre participantes de weblogs: uma proposta metodológica. Anais do XVI Encontro da Compós. Curitiba, Brasil.

BRANDT, Line; BRANDT, Per Aage. Making sense of a blend: A cognitive-semiotic approach to metaphor. **Annual Review of Cognitive Linguistics**, v. 3, n. 1, p. 216-249, 2005.

CAMERON, Lynne; DEIGNAN, Alice. The emergence of metaphor in discourse. **Applied linguistics**, v. 27, n. 4, p. 671-690, 2006.

CASTELLS, M. **A** **Galáxia Internet**: reflexões sobre a Internet, negócios e a sociedade. Zahar, 2003.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. Internet e sociedade. In: MORAES, Denis de (Org.). **Por uma outra comunicação: mídia, mundialização, cultura e poder**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. **A Sociedade em Rede**. São Paulo, SP: Paz e Terra, volume I, 4ª edição, 1999.

CENTENO, Maria João Anastácio. **O conceito de comunicação na obra de Bateson**: interacção e regulação. Labcom, Universidade Beira do Interior, 2009.

DE WAAL, Cornelis. **Sobre pragmatismo**. Edições Loyola, 2007.

FARIAS, Priscila L. **Imagens, diagramas e metáforas: uma contribuição da semiótica para o design da informação**. 2002. Tese de Doutorado. Tese de Doutorado. São Paulo, SP: PUC SP.

FARIAS, Priscila Lena; QUEIROZ, João. Os Diagramas de CS Peirce para as Dez Classes de Signos. **TRANS/FORM/AÇÃO**, v. 36, n. 3, 2013.

FERRAZ JR, Expedito. O conceito peirceano de metáfora e suas interpretações: limites do verbocentrismo. **Estudos Semióticos**, v. 7, n. 2, p. 70-78, 2011.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. Sobre o conceito de metáfora na Teoria Geral dos Signos. In: IV Congresso Internacional sobre Metáfora na Linguagem e no Pensamento, 2011, Porto Alegre. Anais - **IV Congresso Internacional sobre Metáfora na Linguagem e no Pensamento**. Porto Alegre: UFRGS, 2011. v. 1. p. 299-320.

FERREIRA, Bárbara Cabral. **Dilma: mãe ou madrasta? Metáforas conceptuais que categorizam a presidente em charges**. 2015. 223 f. 2015. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Linguística) Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

FLUSBERG, Stephen J.; MATLOCK, Teenie; THIBODEAU, Paul H. Metaphors for the war (or race) against climate change. **Environmental Communication**, v. 11, n. 6, p. 769-783, 2017.

FRANCA, V. R. V.; SIMOES, P. G. . A Escola de Chicago. In: Adilson Citelli; Christa Berger;Maria Aparecida Baccega; Maria Immacolata Vassalo de Lopes; Vera França. (Org.).. (Org.). **Dicionário de Comunicação**: Escolas, Teorias e Autores. 1ed.São Paulo: Contexto, 2014, v. 1, p. 138-146.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. A Escola de Palo Alto. In: Adilson Citelli; Christa Berger;Maria Aparecida Baccega; Maria Immacolata Vassalo de Lopes; Vera França. (Org.).. (Org.). **Dicionário de Comunicação**: Escolas, Teorias e Autores. 1ed.São Paulo: Contexto, 2014, v. 1, p. 170-178.

GUZZI, Adriana Araújo **Web e participação**: a democracia no século XXI. São Paulo: Senac SP, 2010.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. **Participação pública, comunicação e inclusão digital**. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

HALEY, Michael C. Metaphor, mind, and space: What Peirce can offer Lakoff. In: **Peirce Seminar Papers:** Proceedings of the International Colloquium on Language and Peircean Sign Theory. 1999. p. 417-440.

HAUSMAN, Carl R. Metaphorical semeiotic referents: Dyadic objects. **Transactions of the Charles S. Peirce Society:** A Quarterly Journal in American Philosophy, v. 43, n. 2, p. 276-287, 2007.

HERMES, Gilmar Adolfo. **As ilustrações de jornais diários impressos**: explorando fronteiras entre jornalismo, produção e arte. São Leopoldo, RS, Tese de doutorado. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, 698p, 2005.

KOCH, Otávio Henrique. **Revisitando a metáfora**: reflexões sobre a teoria cognitiva da metáfora e a teoria da relevância. 2016.

KOVECSES Zoltán. Metaphor and emotion: Language, culture, and body in human feeling. Cambridge University Press, 2003

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. **Metáforas** **da** **vida** **cotidiana** [1980]. Coord. de trad. de Maria Sophia Zanotto. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. **Metaphors we live by**. Chicago: University of Chicago Press, 2003

LAKOFF, George. **The political mind**: A cognitive scientist's guide to your brain and its politics. Penguin, 2008.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. **The contemporary theory of metaphor**. 1993.

Lana, Lígia Campos de Cerqueira. "Gregory Bateson e o processo comunicativo."**Em Questão**14.2 (2009).

Leezenberg M. Da linguística cognitiva à ciência social: 30 anos após Metáforas da Vida Cotidiana. Revista Investigações Vol.28(2), Jul. 2015.

LÉVY, P. A revolução contemporânea em matéria de comunicação. **Revista FAMECOS**: mídia, cultura e tecnologia, v. 1, n. 9, 1998.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. **A inteligência coletiva**: por uma antropologia do ciberespaço. São Paulo: Loyola, 1998.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. **As tecnologias da inteligência.** Rio de Janeiro: Letras, 1995

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. **Ciberdemocracia**, Instituto Piaget, Lisboa, 2003.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. **A conexão planetária**: o mercado, o ciberespaço, a consciência. Ed. 34, São Paulo, 2001.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. **Cibercultura** Ed. 34, São Paulo, 2000.

LIMA, PLC; GIBBS JR, R.; FRANÇOSO, E. Emergência e natureza da metáfora primária. **Caderno de Estudos Lingüísticos**. 40:107-140, Jan./Jun. 2001

Littlejohn, S. (1988). Fundamentos Teóricos da Comunicação Humana. Rio de Janeiro: Guanabara.

MARTINS, Erik Miletta. Da linguística cognitiva à ciência social: 30 anos após “metáforas da vida cotidiana”, Michiel Leezenberg. **Revista Investigações**-ISSN: 2175-294X, v. 28, n. 2, 2015.

MEYROWITZ, Joshua. **No sense of place**: The eletronic media on social behavior. London, Oxford University, 1985

MOTA, N.B., Furtado, R., Maia, P.P.C., Copelli, M. & Ribeiro, S. **Graph analysis of dream reports is especially informative about psychosis.** Sci. Rep. 4, 3691; DOI:10.1038/srep03691 (2014)

MOTA NB, et al. (2012) Speech Graphs Provide a Quantitative Measure of Thought Disorder in Psychosis. **PLoS ONE 7(4)**: e34928. doi: 10.1371/journal.pone.0034928

NICOLAU, Marcos et al.Comunicação e Semiótica: visão geral e introdutória à Semiótica de Peirce. **Revista Temática**, ano VI, n. 08, 2010.

NÖTH, Winfried. Análise de discurso com Peirce: interpretar, raciocinar e o discurso como argumento/Discourse analysis with Peirce: interpretation, reasoning, and discourse as argument. **Intexto**, n. 37, p. 34-46. 2016

PARISER, E. **O filtro invisível**: o que a internet está escondendo de você. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. **Panorama Da Semiótica:** de Platão a Peirce. Annablume, 1995.

NÖTH, Winfried; SANTAELLA, Lucia. **Imagem:** cognição, semiótica, mídia. 1997.

PEIRCE, Charles Sanders. **Semiótica**. São Paulo: Perspectiva, 2000

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. **Collected Papers**. Charlottesville (Estados Unidos): InteLex, 1994. 1 CD-ROM, Windows

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. **Semiótica e Filosofia**. São Paulo: Cultrix, 1993.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. **The Essencial Peirce** – Volume 1. Bloomington (Estados Unidos): Indiana University Press, 1992.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. The Essencial Peirce – Volume 2. Bloomington (Estados Unidos): Indiana University Press, 1998.

\_\_\_\_\_\_\_\_ **Semiótica**. Tradução de José Teixeira Neto. São Paulo: Perspectiva, 1977

\_\_\_\_\_\_\_\_. **Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1980

PILZ, Jonas. Apropriações publicitárias de ciberacontecimentos: sentidos oriundos de conversações em rede operadas por atores sociais com interesses mercadológicos como estratégia de relacionamento. 2017.

POLIVANOV, B. **Dinâmicas identitárias em sites de redes sociais** : estudo com participantes de cenas de música eletrônica no *Facebook*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2014a.

\_\_\_\_\_\_. Personas no *Facebook*: Percepções sobre (Des)encaixes entre Selves On e Offline. In: **Anais do 4o Congresso Internacional de Comunicação e Consumo**. São Paulo: ESPM, 2014b. Disponível em: <http://www.espm.br/download/Anais\_Comunicon\_2014/gts/gt\_seis/GT06\_Polivanov.pdf> Acesso em: 14 nov. 2016.

POZZOLI, Vanessa Luciano. **“O que entende você por pragmatismo?”:** alguns confrontos entre os pragmatismos de C. S. Peirce e W. James. 2016.76 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Filosofia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

QUEIROZ, João. Introdução à divisão 3-tricotômica de signos. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, v. 46, n. 2, 2011.

RANSDELL, Joseph. **On Peirce's conception of the iconic sign**. 1986. (Ver. 2.0 of October 9, 1997)

RECUERO, R. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

\_\_\_\_\_. **A conversação em rede**: Comunicação Mediada Pelo Computador e Redes Sociais na

Internet. Porto Alegre: Sulina, 2014. \_\_\_\_\_\_; ZAGO, G. Em busca das “Redes que importam”: Redes Sociais e Capital Social no

*Twitter*. In: **Anais do XVII Congresso da Compós**. Belo Horizonte: PUC/MG, 2009.

RECUERO, R.; SOARES, P. Violência simbólica e redes sociais no *Facebook*: o caso da fanpage “Diva Depressão”. In: **Revista Galáxia** (São Paulo, Online), n. 26, p. 239-254, dez. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/gal/v13n26/v13n26a19.pdf>. Acesso em 04 jan. 2017.

REIS, Abel. Aproximações ao conceito de metáfora em CS Peirce. **CASA**: Cadernos de Semiótica Aplicada, v. 4, n. 2, 2008.

ROMANINI, Anderson Vinícius**. Semiótica Minuta: Especulações sobre a gramática dos signos e da comunicação a partir da obra de CS Peirce**. São Paulo, 2006.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. A contribuição de Peirce para a Teoria da Comunicação. **CASA**: Cadernos de Semiótica Aplicada, v. 14, n. 1, p. 13-56, 2016.APA

SAAD CORREA, B. Uma reconfiguração cultural possível e viável. In: **MATRIZes**. Ano 7 – no 1 jan./jun. 2013 - São Paulo - Brasil p. 283-289, 2013. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/matrizes/article/viewFile/56659/59689>. Acesso em: 17 out. 2016.

SAAD CORREA, Elizabeth; BERTOCCHI, Daniela. O algoritmo curador: o papel do comunicador num cenário de curadoria algorítmica da informação. **XXI Encontro Anual da Compós,** 2012. Disponível em https:// danielabertocchi.com/2012/11/02/o-algoritmo-curador-compos-2012/

SANTAELLA, Lucia. **A Teoria Geral dos Signos**: semiose e autogeração. Editora Ática. 1995.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. **O que é semiótica.** São Paulo: Editora Brasiliense,1994

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. **A teoria geral dos signos**: como as linguagens significam as coisas. Pioneira, 2000.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. Memória e perspectivas da semiótica no Brasil/Memory and perspectives of semiotics in Brazil. **Intexto**, n. 37, p. 22-33. 2016

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. **Navegar no ciberespaço**: o perfil cognitivo do leitor imersivo. Paulus, 2004.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. **Semiótica aplicada**. Cengage Learning Editores, 2002.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. Chave do pragmatismo peirciano nas ciências normativas. **Cognitio: Revista de Filosofia. ISSN 2316-5278**, n. 1, p. 94-101, 2000.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. Charles Sanders Peirce. In: Adilson Citelli; Christa Berger;Maria Aparecida Baccega; Maria Immacolata Vassalo de Lopes; Vera França. (Org.).. (Org.). **Dicionário de Comunicação**: Escolas, Teorias e Autores. 1ed.São Paulo: Contexto, 2014, v. 1, p. 507-511.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. **Temas e dilemas do pós-digital: a voz da política**. Pia Sociedade de São Paulo-Editora Paulus, 2016.

SANTAELLA, Lúcia; NÖTH, Winfried. **Imagem, texto e contexto**. Imagem: cognição e semiótica, mídia, 2000.

SANTOS, Marcelo; CHIACHIRI, Roberto; PERSICHETTI, Simonetta. Semiótica peirceana e recepção: algumas bases conceituais e metodológicas a partir do conceito de experiência colateral. **LÍBERO**. ISSN impresso: 1517-3283/ISSN online: 2525-3166, n. 37, p. 81-90, 2016.

SARDINHA, Tony Berber. Análise de metáfora em corpora. Ilha do Desterro **A Journal of English Language, Literatures in English and Cultural Studies**, n. 52, p. 167-199, 2009.

SCHRÖDER, Ulrike. Os precursores filosóficos da teoria cognitiva das metáforas. **Cadernos de Estudos Lingüísticos**, v. 46, n. 2, 2011.

SILVA, Josilane Márcia Justiniano da et al. **A construção metafórica do conceito relacionamento**: uma perspectiva cognitiva. 2016.

SØRENSEN, Bent; THELLEFSEN, Torkild Leo. Ontological Realms and symbolic Mediation of the hypoiconic Metaphor. Semeiosis-**Transdisciplinary Journal of Semiotics**, 2011.

SØRENSEN, Bent; THELLEFSEN, Torkild; MOTH, Morten. Metaphor and cognition from a Peircean perspective. **Transactions of the Charles S. Peirce Society**: A Quarterly Journal in American Philosophy, v. 43, n. 3, p. 562-574, 2007.

THIBODEAU, Paul H.; BORODITSKY, Lera. Metaphors we think with: The role of metaphor in reasoning. **PloS one**, v. 6, n. 2, p. e16782, 2011.

VEREZA, Solange Coelho. **Sob a ótica da metáfora**: tempo, conhecimento e guerra. Editora da UFF, 2012.

\_\_\_\_\_\_\_. Metáfora e argumentação: uma abordagem cognitivo-discursiva. Linguagem em (Dis)curso – Watzlawick P, Beavin JH, Jackson DD. **Pragmática da comunicação humana**. São Paulo: Editorial. 1967. **LemD**, v. 7, n. 3, p. 487-506, set./dez. 2007

WILSON, Aaron. Peirce versus Davidson on Metaphorical Meaning. **Transactions** **of** **the** **Charles S. Peirce Society**: A Quarterly Journal in American Philosophy, v. 47, n. 2, p. 117-135, 2011.